

## O INICIO DO SÉCULO XIX BRASILEIRO A PARTIR DA PINTURA HISTÓRICA.

Meize Regina de Lucas Lucena

Orientadora, Dra. e Professora da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC. Líder do Grupo de Pesquisa História e Imagem.

André Luis de Castro Albuquerque

Orientando, aluno do 9º período do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Membro do Grupo de Pesquisa História e Imagem.

José Rômulo Soares

Colaborador, Dr. e Professor da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

O mundo artístico brasileiro esteve, durante grande parte do século XIX, pautado pela referência à Academia Imperial de Belas Artes e ao sistema de valores artísticos por ela propagados. Por muito tempo, a pintura histórica foi concebida como o mais importante gênero, impondo-se sobre aquelas faturas menores, como o retrato, a natureza-morta, a paisagem etc.

Ao destacarmos a importância da pintura histórica, objetivamos compreender as dimensões construídas com caráter de memória, cultura, poder, embutidas nas cores da iconografia analisada em nossa pesquisa. Levamos em conta que este processo de estudo da pintura histórica em especial a iconográfica, deve ser refletida e problematizada em um conjunto metodológico bastante amplo, segundo o historiador Boris Kossoy:

[...] A análise iconográfica tem o intuito de detalhar sistematicamente e inventariar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos; o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado [...].<sup>1</sup>

Segundo o historiador Jorge Coli, se faz necessário perceber a complexidade que reside em trazer a tona à discussão sobre a pintura histórica como documento histórico, levando em consideração que este trabalho possui exigências específicas e precisas, muitas vezes inesperadas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. – 2. ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

<sup>2</sup> COLI, Jorge. A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a Invenção de uma História visual no século XIX brasileiro. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Marcos Cezar de Freitas (org.) – São Paulo: Contexto 2005. 6ª ed.

A pintura histórica ganhou importância no século XIX com os movimentos do humanismo/iluminismo, o homem consciente de que a história enquanto escrita e linguagem visual poderia ser portadora de signos e símbolos e geradora de opiniões. Foi com este propósito de ficar na *história* que Napoleão se serviu a vontade dos símbolos artísticos disponíveis para se autopromover e deixar no passado um pouco do que foi sua vida com conquistas pelo honra e pela glória.

Como já definido a arte neoclássica traz em sua essência os conceitos de civilidade e ordem tão caros ao povo Romano e Grego. Não foi a toa que os maiores pintores do neoclassicismo fizeram seus estudos históricos e artísticos em Roma e Grécia, o próprio Debret se fez presente nesta trajetória de sua escola artística.

Para a pintura histórica a realidade visível deveria ser representada da forma mais precisa possível, cabia o pintor histórico se fazer presente no ato da cena, sendo mesmo testemunha ocular do que estava pintando<sup>3</sup>.

Neste início de século XIX, a influência do cientificismo iluminista se desenvolveria ainda mais, no seu desejo de inventariar, catalogar e classificar o mundo. Nesta linha organizar a variedade do mundo em um sistema inteligível de conhecimento do real e histórico, Debret registrou, a partir do que via nas ruas do Rio de Janeiro, uma espécie de galeria de tipos, de feição quase antropológica.

Jean-Baptiste Debret deixou muitos registros do cotidiano da vida na cidade do Rio de Janeiro onde os negros assumiam o papel de principais personagens, surpreendidos muitas vezes no contra fluxo da expectativa presente na ordem escravocrata, onde o negro é mercadoria e força de trabalho por excelência.

---

<sup>3</sup> BANDEIRA, Julio; XEXÉO, Pedro Martins Caldas; CANDURU, Roberto. **A Missão Francesa**. Rio de Janeiro. Editora Sextante, 2003.

Debret registrou o duro trabalho dos escravos, nas suas múltiplas variantes, e também os castigos e suplícios aplicados, mas paralelamente a estas cenas, captou muito mais das sensibilidades em jogo do Brasil tropical. Outras se exibem, a registrar momentos de lazer, hábitos da época e da vida nas ruas, tipos físicos, cenas de sedução, formas de trajar, práticas religiosas e festivas.

Tais imagens de Debret devem ter servido às teorias do sociólogo Gilberto Freyre<sup>4</sup>, se este tivesse contemplado o seu caderno de viagem onde registrou seus esboços, tal como pôde apreciar as aquarelas e gravuras de sua obra *Voyages*. Para Freyre, a realidade da escravidão brasileira continha também relações de interação e de sociabilidade para além das estratégias brutais da dominação. Estranha cidade, esta do Rio de Janeiro, onde ao lado do trabalho estafante e mesmo da exibição de castigos públicos, no pelourinho, também registrados por Debret, os negros se dedicavam a tais atividades mais amenas, lúdicas e de azar, de festa e de devoção.

Debret regressa a França no ano de 1831, e publica seu livro histórico intitulado *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, entre os anos de 1834 e 1839. Na obra se encontra a visão do mesmo sobre o Brasil, apresentando de forma europeizada as iconografias das florestas e dos selvagens, das atividades agrárias, do trabalho escravo e também dos acontecimentos políticos e culturais.

Destaca-se a preocupação documental do artista, que representa cenas típicas de atividades e costumes do Rio de Janeiro, procurando traçar um painel social da cidade. Apresenta muitos aspectos relacionados ao trabalho escravo, ora acentuando o lado mais expansivo das relações sociais, ora expondo serviços extenuantes, como os de carregadores e trabalhadores das moendas. Mostra o trabalho dos negros de ganho que percorrem as ruas da cidade, prestando vários tipos de serviços.

---

<sup>4</sup> Freyre, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Ed. 49ª. São Paulo – Global, 2004.

Para alguns historiadores dentre eles me apoio no estudo desenvolvido por Rodrigo Naves, a obra debretiana embora singular, apresenta alguns lacunas quando abordamos seu caráter real histórico, segundo o mesmo, em algumas aquarelas, a forma de representação dos trabalhadores faz com que seus corpos tenham um aspecto vulnerável.

Também nas vestimentas ocorre forte ambigüidade: sobrepostas, soltas, meio esgarçadas e rudes, as roupas dos negros não mantêm vínculos com a tradição dos planejamentos. Na representação dos personagens de Debret, os tecidos transmitem aos corpos sua falta de consistência.

No entanto como nos situa Roger Chartier:

[...] a imagem possui o efeito – representação no duplo sentido que dissemos, de presentificação do ausente – ou do morto – e de auto representação instituindo o tema do olhar no afeto e no sentido, a imagem é simultaneamente a instrumentalização da força, o meio da potência e sua fundação em poder.[...]<sup>5</sup>

Dentro desta teoria de representação adotada por Roger Chartier, a imagem passa a ter uma relação decifrável é então postulada entre signo visível e o que ele significa. Neste sentido a imagem debretiana embora com lacunas adquiriria um duplo sentido e uma dupla função: tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sujeito que olha.

Suas aquarelas revelam ao presente, aspectos da realidade cotidiana do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. O olhar interessado do artista se deteve sobre as atividades dos negros de ganho, os diferentes tipos a circular pela paisagem urbana, constituindo o colorido movimento das ruas da cidade. Sobre estas imagens nos diz Mario Barata:

---

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

[...] É nas aquarelas brasileiras de fixação de um mundo popular, etnográfico e exótico, que Debret revela a fase melhor de sua pintura, liberada do oficialismo e propensa a se exercer livremente em uma das vertentes do pré-romantismo e do romantismo: a de busca do exótico[...].”<sup>6</sup>

Nesta produção a agilidade da aquarela oferecia um meio mais informal, ligeiro e bem-humorado se comparado às pinturas feitas por encomendas da corte. Debret “demonstrou-se observador arguto e inteligente, capaz de ver com olhos e julgar com uma consciência que devem ter parecido inconvenientes ao preconceituoso comportamento oficial”.<sup>7</sup>

No entanto é interessante refletir sobre dilemas enfrentados pelo artista ao chegar ao país imbuído dos propósitos neoclássicos. Novamente o historiador Rodrigo Naves nos proporciona novos questionamentos:

[...] Como Debret poderia transpor com verdade a forma neoclássica para o Brasil (...) Onde encontrar virtudes exemplares numa sociedade toda assentada no trabalho escravo, a não ser por meio de um inaceitável falseamento?[...]”<sup>8</sup>

Segundo o referido autor, as imagens criadas para serem utilizadas na publicação de “*Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*” são reveladoras do esforço de Debret para criar uma arte ligada à realidade local, “sem perder de vista a dimensão crítica da postura ética neoclássica”<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> BARATA, Mário. Século XIX transição e início do século XX, In: ZANINI, Walter (Org). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983. v. 1, p. 386

<sup>7</sup> CAMPOFIRIO, Quirino. Os artistas da missão francesa. In: \_\_\_\_\_. **História da pintura brasileira no século XIX**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983. p. 56 – 57.

<sup>8</sup> NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**. São Paulo, 1997. p. 71

<sup>9</sup> Ibid, p. 72.

Para Coli, é o realismo de Debret que determina a acuidade das imagens do artista. O neoclassicismo “lhe fornecia os meios para apreender quaisquer mundos, mesmo os desconhecidos”<sup>10</sup>.

O neoclassicismo que Debret herdou de David parte da observação empírica do objeto e não está confinado aos modelos grego-romanos. Esta arte se dirige ao mundo, na verdade, “passa a ser, numa de suas funções, um processo de conhecimento do mundo.”<sup>11</sup>

Para Beluluzo, Debret articula seu discurso de natureza histórica promovendo a identificação entre História, nação e civilização<sup>12</sup>.

[...] Debret procura um ponto de vista impessoal, preceito da pintura histórica, na qual se havia formado com Jacques Louis David. Relaciona – se com os temas que registra, colocando-se como narrador diante da realidade dos fatos a presença in loco passa sempre um atestado de verdade. Não é por outra razão que Debret refere-se às suas próprias notas e desenhos como “documentos históricos e cosmográficos” [...]<sup>13</sup>

É importante observar o modo como os indivíduos negros eram descritos por Debret. Em uma passagem o artista escreve que “os negros não passavam de grandes crianças, cujo o espírito é demasiado estreito para pensar o futuro, e demais indolentes para se preocupar com ele.”<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> COLI, Jorge. **Pintura sem palavras ou paradoxos de Ingres**. In: NOVAES, Addauto. (Org)

<sup>11</sup> COLI, Jorge. **Pintura sem palavras ou paradoxos de Ingres**. p. 279.

<sup>12</sup> BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1999. v. 2 p. 83.

<sup>13</sup> BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo p. 344.

<sup>14</sup> DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil..** Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. Tomo 1. p. 344.

Em meio à produção de Debret, se revela de modo pontual, um dos interesses recorrentes evidenciados na produção dos viajantes: o registro das diferenças visíveis observáveis entre a população negra. Estes artistas buscavam construir uma “tipologia” que permitisse diferenciar os indivíduos de acordo com marcas de nações, etnia e portos de origem:

[...] Não é o rosto único do retrato que se busca no “tipo”, mas a generalidade que permite reconhecê-lo como “um negro mina”, “gabão”, “cabinda”, “criolo”, enquanto tipo, ele esta ali como sinal de uma categoria que os subsume, outra coisa que não ele, maior do que ele, e na qual sua especificidade (por mais que seu rosto, único, seja indelével no retrato se torna irrelevante [...])<sup>15</sup>

Sobre seu método escreve Debret: “o habito da observação natural em um pintor de história, fui levado a apreender espontaneamente traços característicos dos objetos que me envolviam.”<sup>16</sup>

Segundo o historiador Mario Barata, “Debret não elimina as imperfeições da natureza: exhibe-as. O real substitui-se a estatuária greco-romana, os fatos à virtude antiga.”<sup>17</sup>

Para um pintor de história, era extremamente necessário que as telas refletissem a veracidade com que os objetos ali representados estavam dispostos na cena, no caso de Debret, que deveria representar a glória do Império e a construção da civilização em suas telas à população local composta quase exclusivamente por negros poderia ser um entrave para o mesmo, o que fazer então para representar em suas telas a civilidade em meio a incivilizados?

Segundo nos informa Roger Chartier:

---

<sup>15</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Olhar escravo, ser olhado. In: **Negro de corpo e Alma**. Brasil 500 Anos. Artes Visuais, 1999. p. 135.

<sup>16</sup> DEBRET, Jean Baptiste, Op. cit., p. 24.

<sup>17</sup> BARATA, Mário. Século XIX transição e inicio do século XX. In: ZANINI, Walter (Org). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983. v. 1, p. 388.

[...] a representação permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força.[...]¹⁸

Estas relações simbólicas de força exigem um certo cuidado, pois as imagens são fontes que se dão aos mais diversos tipos de leitura e interpretação, assim, uma mesma imagem pode ter seu significado mudado de acordo com o tipo de olhar que é lançado sobre ela. Deve-se sempre ter em mente também que a imagem não se esgota em si mesma. O historiador que utiliza a imagem como fonte histórica precisa enxergar além da imagem, ler suas lacunas, silêncios, decifrar seus códigos. As imagens são representações realizadas em uma determinada época elaboradas para serem vistas. Como afirma Pesavento:

[...] As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e do produtor, tendo como referente a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário¹⁹.

### Bibliografia

BANDEIRA, Julio; XEXÉO, Pedro Martins Caldas; CANDURU, Roberto. **A Missão Francesa**. Rio de Janeiro. Editora Sextante, 2003.

BARATA, Mário. Século XIX transição e início do século XX, In: ZANINI, Walter (Org). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983. v. 1, p. 386

---

¹⁸ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002. p. 11.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, (col. História e... Reflexões), p. 86.



BARATA, Mário. Século XIX transição e início do século XX. In: ZANINI, Walter (Org). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983. v. 1, p. 388.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo p. 344.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1999. v. 2 p. 83.

CAMPOFIRIO, Quirino. Os artistas da missão francesa. In: \_\_\_\_\_. **História da pintura brasileira no século XIX**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983. p. 56 – 57.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002. p. 11.

COLI, Jorge. A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a Invenção de uma História visual no século XIX brasileiro. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Marcos Cezar de Freitas (org.) – São Paulo: Contexto 2005. 6ª ed.

COLI, Jorge. **Pintura sem palavras ou paradoxos de Ingres**. In: NOVAES, Addauto. (Org)

COLI, Jorge. **Pintura sem palavras ou paradoxos de Ingres**. p. 279.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Olhar escravo, ser olhado. In: **Negro de corpo e Alma**. Brasil 500 Anos. Artes Visuais, 1999. p. 135.

DEBRET, Jean Baptiste, Op. cit., p. 24.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. Tomo 1. p. 344.

Freyre, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Ed. 49ª. São Paulo – Global, 2004.

Ibid, p. 72.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. – 2. ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**. São Paulo, 1997. p. 71

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, (col. História e... Reflexões), p. 86.

**ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.**  
**Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.**  
Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)

## O ÍNDIO NA CRÔNICA DE JEAN DE LÉRY (SÉCULO XVI)<sup>1</sup>

Diego Souza de Paiva  
Graduado em História (UFRN)  
[diegos@digizap.com.br](mailto:diegos@digizap.com.br)

Tendo em vista a proposta do simpósio, que se propõe a lançar um novo olhar sobre as fontes da história colonial, incluindo aí os textos dos cronistas-viajantes – no sentido de discutir os elementos de uma etnohistória indígena –, acreditamos que nosso trabalho trará uma discussão não só coerente com a proposta, mas também significativa.

De forma geral, a intenção do trabalho é repensar a figura do índio que aparece nas crônicas do período colonial. E essa nova forma de ver o índio advém de uma nova forma de ver a crônica, não mais vista como documento (assim como entendia a escola metódica), como fonte da verdade, mas como discurso, como uma prática discursiva na qual é imprescindível levar em consideração um autor, sua realidade social, um objetivo, um destinatário. Para discutir a figura “índio” nesse tipo de texto, tomamos aquele que dentre os cronistas do século XVI é reputado como sendo o mais “objetivo”, “imparcial” e “simpático” para com a alteridade do tupinambá (adjetivos na acepção antropológica), o francês calvinista, Jean de Léry.

Mas para que lancemos esse novo olhar sobre a crônica de Léry é necessário, antes de tudo, que tentemos entender a que se deve essa visão que o toma como uma espécie de “relativista precoce”. A partir daí direcionamos nossa análise no sentido de fazer uma crítica da fonte. E, para tanto, em relação ao texto impomos, metodologicamente, três questões, a saber, por quem foi escrito? para que público? e, com que finalidade? Esboçar respostas para essas questões é de fundamental importância para que situemos Léry e seu texto em suas realidades específicas e para que, ao final, possamos discutir esse “índio”, segundo o nosso entender, muito mais uma imagem que uma realidade.

### Um olhar sobre Léry

Primeiramente é preciso levar em conta um fator editorial: as edições contemporâneas, isto é, aquelas de que dispomos do texto de Léry, advêm das reedições de sua crônica que foram realizadas na segunda metade do século XIX.

---

<sup>1</sup> Este trabalho se constitui numa espécie de compactação ou resumo (com muitos trechos transcritos) da minha monografia. PAIVA, Diego Souza de. *Um Espelho em Construção: o “outro” na obra de Jean de Léry (século XVI)*. Natal: Departamento de História, 2007.

Nesse período, no contexto no qual as ciências sociais se acreditavam “ciências objetivas”, surge a antropologia, que afirma sua particularidade em relação às outras ciências na medida em que atribui para si objetos empíricos autônomos, a saber, “as sociedades então ditas ‘primitivas’, ou seja, exteriores às áreas de civilização européias ou norte-americanas” (LAPLANTINE, 2007, p.14)<sup>2</sup>. O texto de Léry será então apropriado por essa nova vertente do pensamento e seu autor será tomado como precursor das reflexões que vão caracterizar essa nascente ciência que reivindica uma história própria. Segundo a professora Monique Augras, em artigo intitulado “Imaginária França Antártica”:

Na atual reavaliação dos propósitos e da epistemologia da antropologia moderna, os autores franceses estão concordes em considerar as primeiras narrativas de viagem ao Novo Mundo como mito fundador de sua ciência (1991, p.2).

E não é à toa que o capítulo introdutório do livro de François Laplantine, “Aprendendo Antropologia”, no qual os viajantes do XVI figuram como tema, temos, sugestivamente, a “pré-história da Antropologia”. O Léry é então tomado como um ícone desse “mito fundador”. E nesse contexto são ressaltadas não só as informações etnográficas, mas também as reflexões antropológicas, ou melhor, pré-antropológicas. A esse respeito poderíamos tomar talvez o antropólogo mais notável do século XX, Levi Strauss, quando nos *Tristes Trópicos*, qualificava o livro de Léry como o “breviário do etnólogo”<sup>3</sup>.

Em suma talvez pudéssemos assim sintetizar esse ponto: no contexto da segunda metade do século XIX, no qual as ciências sociais se criam como objetivas, a antropologia se destaca como ciência autônoma na medida em que estabelece um objeto específico, o estudo das sociedades ditas então “primitivas”. Dentro da realidade de uma disciplina que reivindica uma história<sup>4</sup>, o texto de Léry é reeditado e tomado, juntamente com outros, como elemento de uma espécie de mito fundador da disciplina, e a partir dessa lógica são ressaltadas, então, as características de objetividade, descrição etnográfica, simpatia para com a diferença etc.

---

<sup>2</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

<sup>3</sup> É importante ressaltar que para a antropologia, a partir das nossas discussões, Léry não seria apenas uma espécie de etnógrafo (a etnografia é por excelência o método utilizado pela antropologia na coleta de dados), mas uma espécie de etnólogo (sendo a etnologia a ciência que pensa os fatos e os documentos levantados pela etnografia), como iniciador de *uma vertente do pensamento antropológico*. Ver: AUGRAS Monique. *Imaginária França Antártica*; e MOISÉS, Leyla Perrone. *Alegres trópicos*.

<sup>4</sup> Ver: FOUCAULT, Michel de. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

É evidente, que a questão aqui não é afirmar que Léry não tenha uma forma particular de olhar em relação ao seu tempo, ele tem. O grande problema é pensá-lo a partir da categoria de fundador ou precursor de reflexões, que vão estar presentes em uma disciplina que se apresenta somente trezentos anos depois. Pensar Léry como um pré-antropólogo é tomá-lo da mesma forma como um pensamento marxista vulgar toma sociedade passadas, ou seja, apenas na medida em que elas contribuem para o surgimento do capitalismo, sendo tomadas tão somente a partir do termo “pré-capitalistas”<sup>5</sup>. Mas tomar Léry como uma cientista social precoce talvez seja ainda mais problemático, uma vez que isso autoriza a sua descrição em relação aos índios, autoriza “seu índio” que, como pretendemos demonstrar não é, de forma alguma, a expressão pura da realidade desse índio do século XVI. Analisá-lo a partir de sua contribuição etnográfica ou pré-etnológica e afastar, como coisa que se afastasse (que é o que ocorre nos texto que pretendem introduzi-lo em prefácios, notas e introduções), o fato dele ser europeu, francês e calvinista no renascimento, é tomar seu texto como um documento no qual pudéssemos “depurar” o índio e a realidade dessa terra. E bem sabemos que as coisas não se dão por aí. O que pretendemos é ver Léry como homem de seu tempo e tomar o fato dele ser um europeu, francês e calvinista no século XVI, como parâmetro (não coisa a ser desculpada) para entender como ele constrói a imagem do índio.

Essa idéia é então central nesse trabalho: desconstruir a noção que toma o Léry como um relativista precoce ou fundador, ou como já se disse, como um “Montaigne dos viajantes”. Ora, se até o próprio Montaigne já é revisto no que tange à sua relatividade, tomada hoje muito mais como uma crítica à sociedade francesa do que como uma empatia para com uma terra da qual ele só ouvira falar, por que então Léry passaria incólume pelo nosso senso crítico?! Mas, afinal, quem era Jean de Léry?

### **Uma breve apresentação**

Jean de Léry nasceu em La Margelle, no ano de 1534. Segundo sua breve biografia<sup>6</sup>, provavelmente pertencia a uma família de burgueses, uma vez que foram esses que primeiro aderiram ao movimento da Reforma. Aos dezoito anos foi para Genebra, na Suíça, já então a “Meca do protestantismo”, e sob a direção de Calvino

---

<sup>5</sup> Ou talvez como tomar Isaac Newton como o fizeram os iluministas. Isto é, como se seu caráter místico e religioso fosse um defeito corrigível, e licitamente ignorável, diante da sua contribuição para o racionalismo do século XVIII que o reivindicou como um dos precursores.

<sup>6</sup> Todas as informações biográficas presentes aqui são extraídas da nota biográfica de P. Gaffarel que compõe a edição do texto de Léry que trabalhamos. LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

começou a estudar teologia. Mas antes de completar os seus estudos e se tornar ministro, Léry foi convocado para integrar uma expedição organizada pelo senhor Gaspar de Coligny<sup>7</sup> e por Calvino, com destino ao Brasil, com o objetivo de auxiliar Villegagnon na empresa da França Antártica.

Jean de Léry então parte para as terras do Brasil em 1557, onde Nicolau de Villegagnon, que aportara na Baía da Guanabara, em 1555, punha em prática a empreitada francesa nas Américas. Por desentendimentos no que se refere à questão da religião, que, infelizmente, não cabem nesse breve trabalho<sup>8</sup>, os calvinistas, dentre os quais Léry, se desentenderam com Villegagnon, o que os levou a se refugiar entre os índios até o seu oportuno retorno à França.

De volta à França em 1558, Léry (concluindo sua formação) se vê imerso no conflito religioso disseminado e intenso que assolava seu país opondo católicos e protestantes, cujo episódio mais marcante foi o massacre da noite de São Bartolomeu em 1572<sup>9</sup>. E é dentro desse contexto que entre 1563 e 1578 escreve e publica, pela primeira vez, a sua crônica. E nesse ponto é importante atentarmos para o fato de que Léry escreve muito tempo depois de sua experiência na América, e inserido em um contexto de guerra religiosa. E aqui poderíamos nos perguntar: para que realidade ele realmente escreve? Será que o que o move é o desejo de legar à uma posteridade informações, o mais precisas possíveis, sobre aquela terra distante e o povo que lá habitava? Será que era desse nobre intuito pré-antropológico que estava imbuído o nosso cronista? Bem, se levarmos em consideração a formação protestante em Genebra de Léry (ministro de sua religião), e o fato de que viveu numa época de extrema tensão religiosa, creio que possamos considerar razões mais plausíveis e menos anacrônicas, para a “razão de ser” do seu texto.

### **Margens negligenciadas**

---

<sup>7</sup> Gaspar de Coligny (1519-1572). Ex-primeiro ministro do rei Henrique II, se converteu ao protestantismo e se tornou um grande líder a ativista da religião reformada. Foi assassinado na realidade dos massacres que tiveram como ponto alto a Noite de São Bartolomeu.

<sup>8</sup> Para uma discussão mais detida sobre a relação entre Villegagnon, a visão protestante e a França Antártica, Ver: Capítulo I: A singularidade de uma viagem à terra do Brasil. In: PAIVA, Diego Souza de. *Um Espelho em Construção: a construção do outro na crônica de Jean de Léry (século XVI)*. Natal: Departamento de História, 2007; e MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*.

<sup>9</sup> A Noite de São Bartolomeu foi um episódio destacável no qual, por ordem da regente Catarina de Médicis, foram mortos protestantes, entre os quais o ex-primeiro ministro Gaspar de Coligny, atirado, com tantos outros, no rio Sena. O massacre se iniciou em Paris e se alastrou por várias cidades, vitimando entre 70.000 e 100.000 protestantes franceses.

Mas para que consideremos essas “razões mais plausíveis” é necessário que voltemos nossa atenção a certos elementos, que muitas vezes passam despercebidos, mas que podem nos fornecer subsídios fundamentais para a crítica da nossa fonte.

Referimo-nos aqui ao que chamamos de *margens*, dentro das quais inseriríamos as notas que pretendem apresentar ou introduzir o leitor no texto (século XX), a nota bibliográfica, espécie de inventário das várias edições da crônica, feita pelo estudioso francês Paul Gaffarel<sup>10</sup> (século XIX), e a dedicatória e o prefácio escritos pelo próprio Léry (século XVI). A apreciação dessas margens deve nos fornecer elementos para que esboçemos respostas para as questões que anteriormente nos propusemos: as primeiras serão expressões da forma de ver o texto de Léry, da qual já tratamos, a partir de sua contribuição etnográfico-etnológica; a segunda nos fornecerá elementos para vislumbrarmos o público ao qual se destinava o texto; e as últimas, nos dirão um pouco sobre as razões que levaram nosso cronista a publicar suas memórias.

Começemos então por aquelas margens que, inocentemente, se propõem a apresentar o texto, mas que, na realidade, acabam por estabelecer um direcionamento da leitura. Tomemos como exemplo a nota introdutória do tradutor Sérgio Millet. No sentido de justificar a publicação, ressaltando suas qualidades, em certa passagem assim se refere a Léry:

Léry, principalmente se recomenda pela *imparcialidade* com que *descreve a vida e os costumes dos tupinambás*, pela *agudeza de sua observação* e, ainda, pelo sabor de seu estilo (...) É que Léry revela em toda a sua obra uma qualidade notável, raríssima em seu tempo de paixões e preconceitos e só encontrável atualmente, nos espíritos mais adiantados de nossa civilização ocidental: o *senso de relatividade dos costumes*, a *'simpatia'*, no sentido sociológico da palavra, que conduz à *compreensão dos semelhantes e à análise objetiva de suas atitudes* (LÉRY, 1961, p.14). (grifos meus)

Como podemos perceber, essa passagem é por demais reveladora dessa forma de tomar o texto de Léry apoiada nos tópicos relativista da sociologia e da antropologia modernas. E o que se deve mais levar em conta é que estamos diante de um texto que querendo apresentar, acaba por direcionar a nossa leitura.

Mas as considerações de Millet ainda merecem uma ponderação do próprio:

---

<sup>10</sup> Estudiosos francês que, na segunda metade do século XIX reeditou as obras dos cronistas do século XVI, entre eles, Léry.

Naturalmente, como homem de carne e osso que era, com defeitos como todos nós, não podia mostrara-se isento de paixões. E, sobretudo, era-lhe difícil fugir à maior paixão do meio em que viveu e se formou: a paixão religiosa. Donde o famigerado prefácio, que seus diversos tradutores evitaram (...) Duas ou três vezes ainda no próprio texto de sua narrativa, destila Léry sua bília contra católicos e os ateus em rápidas e incisivas apóstrofes. (...) Mas bem pouco espaço ocupam tais invectivas em relação ao texto aproveitável etnográfico... (LÉRY,1961, p.14).

Poderíamos dizer que, de certo modo, ele se desculpou, e fez a devida referência à questão da religião, situando Léry em sua realidade. Todavia, devemos notar que, embora ele reconheça a posição religiosa de Léry como algo destacável, ele a trata como coisa menor, uma espécie de defeito que deve inclusive ser ignorado. Temos então uma interpretação, uma limitação do texto que o julga pelo seu posterior reconhecimento por uma antropologia relativista, e que toma a questão religiosa, nuclear para a compreensão do autor, da sua realidade e do seu texto, como acreditamos, como algo que pode e deve ser desculpado e ignorado. Delineia-se então uma forma particular de se ver a obra, dizendo ao leitor o que é e que não é *aproveitável*.

Passemos agora a outro tipo de margem, a nota bibliográfica. Esta, elaborada pelo estudioso Paul Gaffarel na segunda metade do XIX, tem o objetivo de inventariar as várias edições do texto de Léry. Dela vamos extrair dois elementos que nos servirão para tentar formar uma imagem do público de uma crônica como essa e da relação do autor com esse público. O primeiro deles se refere ao título da obra e à variação sofrida por este na segunda edição; o segundo elemento diz respeito aos locais nos quais o texto foi editado.

A primeira edição do livro (La Rochelle, Antoine Chupin, 1578) traz o título:

Narrativa de uma viagem feita à terra do Brasil, também dita América, contendo a navegação e *coisas notáveis* vista no mar pelo autor: a conduta de Villegagnon naquele pais, os *estranhos* costumes e modos de vida dos selvagens americanos: com um colóquio em sua língua e mais a descrição de muitos animais, plantas e demais coisas *singulares e absolutamente desconhecidas* aqui. (LÉRY,1961, p.25)  
(grifos meus)

É evidente que o título de um livro cumpre a função básica de atrair o leitor, do que se pressupõem uma relação básica entre aquilo que se apresenta e um certo desejo comum de um público que lê. O que temos no título é então o discurso do



singular, do estranho, do incomum. O gosto pelo que é exótico é então determinante nessa relação do leitor com o relato de viagem.

Mas ainda mais interessante é a apresentação de uma nota, presente na segunda edição da crônica (Genebra, 1580) escrita pelo próprio impressor, Antoine Chupin:

Tanto mais quanto o autor desta história não somente a ampliou em vários pontos e a enriqueceu com detalhes muito notáveis e dignos de registro, e, conforme promessa feita no prefácio, adornou e embelezou com gravuras esta segunda edição, mas ainda a reviu tão cuidadosamente e corrigiu, e esclareceu tão bem a matéria tratada nestas páginas, que o conjunto... *parecerá uma nova história*. Foi minha intenção avisar os que já viram a primeira, e não sabem ainda o que esta contém, que nela encontrarão muito maior satisfação que na precedente (LÉRY, 1961; 27) (grifo meu).

Certamente para nós, um relato de viagem que pudesse ser, posteriormente, modificado – sem que seu autor tivesse refeito a viagem – ao ponto de se tornar quase *uma nova história*, perderia toda a credibilidade. Mas o interessante é que para esse leitor da crônica de Léry, o acréscimo, os esclarecimentos, e o enriquecimento com *detalhes notáveis e dignos de registro*, são um grande atrativo. Afinal de contas o impressor não se deu ao trabalho de pôr essa nota tão somente para informar o leitor, mas para atraí-lo, e alertar que mesmo aqueles que já viram a primeira, encontrarão nesta *muito maior satisfação*.

Esse é então o público ao qual o texto de Léry se remete. Um público sedento de novidade, ansioso pelo que é incomum e exótico, mas acima de tudo, para o qual a preocupação meticulosa com a precisão da informação e da descrição, no sentido que a ciência moderna entende, não era uma algo presente. E devemos levar em consideração a relação de Léry com esse público para ver com olhos mais embasados o índio de que nos fala.

Mas ainda nos resta um outro elemento nessa nota bibliográfica: os locais onde foram feitas as edições da crônica. Segundo P. Gaffarel, à exceção da primeira edição, feita na cidade de La Rochelle, as sete subseqüentes (em língua vernácula) foram editadas em Genebra. O que, como veremos, é algo que se mostrará muito significativo.

Vamos agora refletir um pouco sobre essas informações. A primeira coisa que nos chama a atenção é que a primeira edição de sua crônica é impressa somente vinte anos depois de seu retorno à França (com a primeira sistematização da obra, em 1563), o que se mostra bastante significativo, pois, como já observamos, isso implica

que Léry não escreveu no calor da experiência, mas na realidade de sua vivência nas guerras religiosas que, como vimos, se constituíram no real pano de fundo de suas memórias. Depois, a partir da nossa apreciação dos textos que apresentaram as duas primeiras edições, pudemos vislumbrar um público da crônica, um público interessado em coisas notáveis, incomuns e exóticas e com olhos cujas lentes não eram as da preocupação científica. E por fim, temos os locais das edições, as cidades de La Rochelle e, mais notadamente, de Genebra. Localidades que não se apresentam aí por mera circunstancialidade, pois é sabido que a cidade francesa de La Rochelle (que inclusive sediou em 1559 um encontro das igrejas reformadas da França), juntamente com a de Sancerre, se constituíram refúgios importantes para os protestantes franceses,<sup>11</sup> e que Genebra, já a partir da segunda metade do século XVI, era o grande bastião calvinista de então.

Sistematizemos nossas considerações: Temos um autor que escreve (muito tempo depois da sua experiência) para um público sedento de novidade, consumidor do estranho e do exótico, e acima de tudo, temos um autor calvinista que publica seus livros em território protestante. A quem se endereça seu texto? A nós, homens do século XXI? Ou talvez aos homens da passagem do XIX para o XX que tomavam esse texto como documento, como fonte de verdade? Não! O texto é endereçado ao europeu do século XVI, mais precisamente àquele que comungava da postura religiosa do autor. Não podemos e não devemos ignorar esses fatos, e eles serão de fundamental importância para compor a crítica da nossa fonte e pensarmos o objeto de nossa pesquisa que se refere à construção da imagem do índio.

Chegamos enfim às margens das quais o próprio Léry é autor: a dedicatória e o prefácio. Vamos nos deter nos pontos básicos dessas margens.

O livro será dedicado a Francisco de Coligny. O motivo, pelo reconhecimento que Léry devia à memória do almirante Gaspar de Coligny (pai daquele) por intermédio de quem sua viagem à América se fez possível. Mas o real teor dessa dedicação à família Coligny, aparece no último parágrafo da dedicatória, quando Léry faz referência ao cerco da cidade de Sancerre<sup>12</sup> do qual participara. Nosso cronista fala da

---

<sup>11</sup> A cidade de La Rochelle, na qual a primeira edição do texto de Léry será impressa (em 1578), sediou em 1559 um encontro das igrejas reformadas da França que, sob a liderança de Calvino elaborou uma “Confissão de fé”; uma sistematização dos principais termos doutrinários da religião reformada, cujo prefácio era dedicado ao rei Francisco I. Ver: CRESPIEN, Jean. *A tragédia da Guanabara*. Já a cidade de Sancerre foi o palco de um famoso cerco aos protestantes, do qual Léry fez parte, um cerco que foi reflexo das violências que foram deflagradas a partir da Noite de São Bartolomeu em 1572.

<sup>12</sup> Ver nota 11.

[...] gratidão que [conservava] pelo acolhimento honesto e bom que [lhe foi proporcionado] na cidade de Berna para onde [se dirigiu] após libertar [se] do cerco de Sancerre” (LÉRY, 1961, p.30).

O cerco a Sancerre é acontecimento significativo dentro de um contexto mais amplo das hostilidades perpetradas de lado a lado entre católicos e protestantes franceses. A dedicatória assim é expressão, como não haveria de ser diferente, da vivência naquela realidade traumática, é expressão da postura religiosa de Léry. E é justamente essa postura que nos fornece elementos para compreender as razões que o levaram a dedicar seu livro (Viagem à terra do Brasil) ao senhor Francisco de Coligny; por haver este, além de ser filho de quem era, ter lhe dado auxílio quando de sua traumatizante experiência em Sancerre.

Talvez não existisse somente o reconhecimento da religião e do ativismo comungados, mas também uma gratidão pessoal, sincera, sem dúvida, com relação àquela família que o acolhera em momento tão difícil de sua vida, dedicada, pelo pouco que conhecemos de sua biografia, à prática protestante.

Voltamos mais uma vez a enfatizar, é para essa realidade que ele escreve.

Mas, e o prefácio? O famigerado prefácio, como dizia Millet. Tomemos dois momentos do prefácio, ou melhor, duas razões que Léry alega para a publicação de suas memórias. A primeira se nos apresenta da seguinte forma:

De volta à França não tinha eu a intenção de tornar públicas as memórias que escrevera [...], nem as coisas notáveis que observara, mas de bom grado as contava pormenorizadamente aos que me inquiriam. (...) Tendo porém, algumas das pessoas com as quais mantinha relações julgado que tais coisas eram dignas de ser preservadas do esquecimento, acedi em redigi-las [...] (LÉRY, 1961, p.33).

É fundamental aqui que voltemos nossas atenções para essas pessoas com quem mantinha relações, esses que *julgam* que certas coisas são *dignas* de serem preservadas. Como já identificamos mais acima, nesse público leitor de Léry era notável o gosto pelo exótico, pelo estranho e pelo o incomum, mas não menos notável era o fato de que as edições de seu texto foram feitas essencialmente em Genebra, reduto da religião reformada de Calvino. A passagem acima é muito clara quando se refere às pessoas com as quais mantinha relações, presumivelmente, a julgar pela polarização religiosa da França no século XVI, protestantes. E essa é uma das questões que tentamos responder: para quem Léry escreve.

Mas o motivo-chave, a razão maior que levou nosso cronista a levar a cabo a publicação de suas memórias, aparece quando afirma Léry que, embora não se

sentisse “à altura de usar a pena”, diante de uma publicação que saia à época de seu retorno em 1558, baseada nas memórias do capuchinho André Thevet, que não só mentia em relação às coisas da América, mas acima de tudo, detraía os ministros calvinistas que integravam a expedição da qual Léry fazia parte, nosso cronista se viu como que obrigado a *dar à luz* o seu relato de viagem.

Percebamos que não foram as mentiras de Thevet, ou seus erros em relação à terra do Brasil, motivo suficiente para que Léry publicasse seu texto, mas sim ter aquele atacado e detratado os ministros calvinistas que vieram na comitiva da qual Léry fazia parte. Esse era o grande motivo para a publicação de seu texto, afirmado ainda pelo próprio autor em outra passagem “[...] lembrando-se do que afirmei acima, a saber terem sido as calúnias de Thévet a causa, em grande parte, da publicação desta narrativa [...]” (LÉRY, 1961, p.44). Mas talvez a passagem mais significativa sem a qual não poderíamos ficar seja esta:

Mas para que soem tôdas as cordas em que buliu, embora estime eu que não mereçam resposta, a fim de mostrar que julga os outros por si próprio e de acôrdo com as regras da confraria de S. Francisco a que pertence e cujos irmãos menores enfiam o que podem nos seus sacos, devolverei ao seu jardim as pedras jogadas por êle e desvendarei algumas de suas canalhices (LÉRY, 1961, p.41).

Bem, acreditamos que podemos terminar nossas considerações sobre as margens com esse trecho que acabamos de citar, pois que ele talvez seja elemento suficiente para respondermos à questão: por que Léry escreve?

Sintetizemos, pois, nossas questões: quem escreve o texto? um francês calvinista do século XVI, que viveu de perto os tormentos de uma guerra civil-religiosa em seu país (realidade na qual redigiu seu texto); para quem escreveu? para um público ansioso pelo exótico, que de forma alguma se norteava pelo *logos* da ciência moderna, e protestante dado que as edições foram feitas no âmbito da religião reformada; por que escreveu? Essencialmente, para se contrapor aos insultos de seu desafeto católico, André Thevet, para reivindicar talvez um discurso protestante sobre a América e a experiência francesa da França Antártica. E onde se encontra a objetividade antropológica que poderia nos pôr em contato com o tupinambá do século XVI? Aliás, onde se encontra o tupinambá do século XVI? Perdeu definição, fugiu da nossa aparentemente tão segura percepção, virou imagem.

## O Selvagem de Léry

Vamos agora então nos debruçar, resumidamente, sobre os termos dessa imagem. Nosso procedimento será tomar algumas passagens nas quais Léry trata do índio, para pensarmos como ele constrói essa imagem a partir dos valores que são pertinentes ao nosso cronista<sup>13</sup>.

Mas antes vamos discutir brevemente um conceito. Quando Léry se remete aos índios, freqüentemente ele o faz a partir do termo “selvagem”. Mas esse termo não se refere tão somente ao “originário da selva”, “silvícola”, e não é, de forma nenhuma, uma designação neutra (como nunca são). Segundo Klaas Woortmann<sup>14</sup>, o termo “selvagem” não foi cunhado na realidade dos descobrimentos dos séculos XV e XVI, mas esteve presente no pensamento europeu desde a Antiguidade, quando o termo era então utilizado, pelos gregos (juntamente com o termo “bárbaro”), para designar os povos que estivessem fora da *polis* e que não partilhassem da cultura grega. Na Idade Média, à tradição grega fundia-se a tradição judaica, e dessa fusão surgia um selvagem que não só era o contraponto da *polis*, mas também era caracterizado pela pecha da maldição. Assim, fosse entre os gregos ou entre os europeus do medievo, o selvagem era apenas um espelho.

Isto é, o termo “selvagem” não definiria o objeto ao qual se refere, mas sim o sujeito que define. Segundo Hayden White<sup>15</sup>, o selvagem seria uma espécie de “instrumento cultural autolegitimador”, utilizado para confirmar a sua antítese dialética: a civilização. Ainda segundo White,

Se não sabemos o que é “civilização”, sempre podemos encontrar um exemplo do que ela não é. Se não temos certeza do que é a sanidade, podemos ao menos identificar a loucura quando a vemos. Do mesmo modo, no passado, quando os homens não tinham certeza da qualidade exata do seu senso de humanidade, recorriam ao conceito de estado selvagem para designar uma área de subumanidade que se caracterizava por tudo que não fossem (WHITE, 2001, p. 171).

---

<sup>13</sup> Dada a pouca extensão desse trabalho, optamos por apresentar apenas duas ou três passagens da crônica para serem analisadas, correndo o risco de que as afirmações ou conclusões pareçam ao leitor precipitadas ou pouco embasadas, quando na verdade não o são. Para obter mais elementos sobre o tema do trabalho, vide a monografia na íntegra (ver nota 1).

<sup>14</sup> Os trabalhos nos quais Klaas WOORTMANN aborda o conceito são: WOORTMANN, Klaas. *O Selvagem e a História: Heródoto e a questão do Outro*. Revista de Antropologia/USP, vol. 43, nº, 200. p. 13-59; \_\_\_\_\_. *O Selvagem na gesta dei*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 (Série Antropologia); e \_\_\_\_\_. *O Selvagem e o Novo Mundo*. Editora Universidade de Brasília, 2004.

<sup>15</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Ensaio de Cultura; 6)

Assim, podemos inferir que é a este selvagem que Léry se refere e, por mais que ele ignorasse, era a todo esse histórico de negação e preconceito que o termo que ele empregava se remetia. A primeira mediação entre nós (do século XXI) e os índios do século XVI é feita então por um termo reducionista que nos fala muito mais sobre os europeus que sobre os próprios índios.

Dito isso, vamos tomar algumas passagens nas quais nosso cronista trata dos índios, duas referentes ao tema da religião e outra em relação à forma de Léry entender esse índio a partir de sua origem.

Quando se propõe a falar da religião dos índios, ou melhor, do tema da religião em relação aos índios, assim se expressa:

Embora seja aceita universalmente a sentença de Cícero de que não há povo, por mais bruto, bárbaro ou selvagem que não tenha idéia da existência de Deus [...] [os tupinambá] além de não terem conhecimento algum do verdadeiro Deus, não adoram qualquer divindade (LÉRY, 1961, p.185).

Temos aqui, logo a princípio, uma primeira definição que, seguindo o procedimento geral no trato com o “outro”, opera através da negação: os índios *não têm* idéia de Deus, *nem* adoram qualquer divindade. Procedimento utilizado, aliás, por outros que descreveram os índios, como Caminha, ou como Colombo que, ao se referir aos nativos, dizia, “*Não têm* ferro, *nem* aço, *nem* armas, e também *não* são feitos para usá-los” (Apud. Greenblatt, 1996, p. 94)<sup>16</sup> (grifos meus).

Uma definição que, como observamos em relação ao conceito de selvagem, não se remete ao objeto que pretende definir, mas sim ao sujeito que define.

Um outro elemento fundamental que se apresenta no que diz respeito ao tema da religião entre índios são os *caráibas*. Estes que mais comumente eram tomados como uma espécie de sacerdotes, eram identificados pelos europeus como os grandes inimigos no processo de evangelização dos índios. Para Léry, não passavam de enganadores e mentirosos que iludiam os nativos com falsas crenças e falsos valores. Mas deixemos às próprias palavras de Léry a missão de dar sentido a esses sacerdotes: “Só poderia dar uma idéia exata desses caráibas comparando-os aos frades pedintes que enganam a nossa pobre gente e andam de lugar em lugar com relicários [...] ou outros objetos de idolatria”<sup>17</sup> (LÉRY, 1961, p.192).

<sup>16</sup> GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Ensaio de cultura; 8).

<sup>17</sup> Temos aqui a projeção de uma noção que é estranha ao índio: a noção judaica de idolatria, que, segundo Vainfas “Embebida de elementos demoníacos [...] encontraria, na América, o seu terreno privilegiado, orientando o registro etnográfico e as atitudes européias em face do Outro (apud. WOORTMANN, 2004, p.79).

E quando fala a respeito dos poderes que os caraíbas se atribuíam de fazer crescer os frutos e as raízes, afirma, "... e se lhes afirmávamos que quem fazia tudo isso era Deus [...] era o mesmo que entre nós falar contra o Papa ou dizer que a relíquia de santa Genoveva em Paris não faz chover" (LÉRY, 1961, p.195).

Não acreditamos que poderia haver forma mais clara de um protestante como Léry expressar seu sentimento para com os caraíbas. Não poderia haver forma mais objetiva para transmitir *uma idéia exata* do que eram esses "embusteiros" para seus leitores protestantes na França. Mas também não cremos que exista uma forma mais comum de esvaziar o significado que os caraíbas poderiam ter dentro da cultura indígena. Fica claro que os caraíbas se tornam, pois, instrumentos da retórica de Léry para criticar os católicos e, talvez nesse caso particular, a referência diga respeito especificamente a André Thévet, que era um frei capuchinho.

Mas a imagem do índio não é só forjada na descrição. Léry também reflete sobre esse índio, em suas palavras, sobre a *origem desses selvagens*. A julgar a universalidade do Grande Dilúvio, do qual, inclusive, encontrara resquícios de memória entre os índios, afirma: "É evidente que descedem de um dos três filhos de Noé [...] Parece-me [...] mais provável que descendam de Cam" (LÉRY, 1961, p.199). Cam é um personagem bíblico que aparece no livro do Gêneses. Filho de Noé teria se salvado juntamente com seus irmãos Sem e Jafé, e depois do Dilúvio, teria visto a nudez de seu pai, em razão de que teria sido amaldiçoado como o "servo dos servos" (Gênesis 9:25). Léry na realidade partilha de uma opinião que era comum, até porque a descendência a partir de Cam justificaria os termos que marcavam a relação do europeu com a alteridade: atribuição da inferioridade, da maldição e até a nudez, no caso específico dos índios.

Temos aqui um ponto fundamental dentro da incorporação do índio à cosmologia européia. Ele é tomado como descendente do filho maldito de Noé, como um ser desamparado, que deveria servir, ser acolhido e guiado pelos seus irmãos. Seguramente era a forma mais sensata, para um homem do século XVI, de entender o índio a partir da lógica bíblica: se o dilúvio fora universal, e os únicos sobreviventes descendiam de Noé, os índios deveriam descender de um deles, mais provavelmente de Cam, por estarem distantes da cristandade, por andarem nus e por se mostrarem "inferiores". E assim, na imagem que vai se criando do índio incorporam-se a maldição e a inferioridade de um ser (personagem de uma tradição que era estranha ao índio) que foi condenado a servir.

Podemos compor então a imagem que um texto como o de Léry vincula ao índio. Em primeiro lugar o índio é tomado pelo termo "selvagem", um termo que já a



princípio o torna inferior e o define pela negação da civilização. Em seguida, A partir de passagens da crônica, percebemos que sua descrição, que se toma por objetiva, na realidade esvazia os significados dentro da cultura indígena (fazendo associações que desqualificavam hábitos e crenças), dentro de um uso retórico para criticar os católicos. Por fim, diante da necessidade imperativa de “enquadrar” o índio na cosmologia européia, temos a associação direta com a teologia européia, no caso, a origem dos índios a partir da descendência de Cam. Ao longo dessas breves considerações, a imagem do índio foi sendo formada: um ser selvagem, bárbaro, sem religião, supersticioso, antropófago, nu, inferior e advindo de uma descendência maldita.

## Conclusão

Fechando as nossas considerações, reiteramos a nossa proposta central: a intenção de tentar entender como Léry construiu a imagem do índio levando-se em consideração, para tanto, a sua condição de francês calvinista do século XVI. Antes de tudo procuramos situar a visão que o toma como um “relativista precoce”, chamando a atenção para o fato de que sua crônica deve ser tomada como um discurso e não como documento (assim como entendia a escola metódica), como fonte de verdade. Considerada dessa forma, propusemos sobre essa fonte três questões: por quem? para quem? e por que foi escrita? Perguntas para as quais acreditamos ter esboçado respostas. Essas questões cumpriram a função de fornecer elementos para a compreensão do texto da crônica no que diz respeito ao índio, pois, uma vez que compreendêssemos que o texto tinha sido escrito por um personagem em particular, para um público em particular, e respondendo a interesses particulares que, muito pouco diziam respeito aos índios, poderíamos entender que o índio que se nos apresentava na crônica era muito mais um instrumento retórico, uma imagem forjada, um “se olhar” em perspectiva, do que, propriamente, uma realidade.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que nossa intenção não foi discutir a existência real, empírica, do índio. O que questionamos e discutimos foi uma dada *imagem* que o toma como inferior, como supersticioso, como tutelado, como um “natural”. É essa imagem que propomos situar como construída, como construída a partir de valores que eram externos e estranhos aos índios. Não queremos encontrar o índio verdadeiro (ou talvez quiséssemos, se isso fosse possível), mas pretendemos mostrar que o índio que se toma por verdadeiro e alcançável através de textos como o



de Léry, é na realidade apenas uma imagem, uma imagem que procura falar a uma realidade que não é a nossa, e isso devemos sempre ter em conta.

### **Bibliografia**

PAIVA, Diego Souza de. *Um Espelho em Construção: o “outro” na obra de Jean de Léry (século XVI)*. Natal: Departamento de História, 2007.

## OS “GENTIOS” E O COLONIZADOR: COMO SE DEU O CONTATO E QUAIS “IMPRESSÕES” OS NATIVOS TIVERAM DOS BRANCOS

Elba Monique Chagas da Cunha  
Graduanda em História da UFRPE, Bolsista do PIBIC-CNPq  
[elbachagas@gmail.com](mailto:elbachagas@gmail.com)

Julianne Socorro do Monte  
Graduanda em História da UFRPE, Bolsista do PIC-CNPq  
[juliannesocorro@yahoo.com.br](mailto:juliannesocorro@yahoo.com.br)

### Resumo:

O artigo apresenta aspectos relevantes da pesquisa “O impacto da ocupação europeia sobre os povos pré-coloniais em Ipojuca – PE”, que se encontra em sua fase inicial, contando com o apoio do CNPq. A partir do programa de “Levantamento Prospectivo e Salvamento Arqueológico na área de Implantação da Refinaria do Nordeste – Abreu e Lima, Ipojuca – PE”, pretendemos ao analisarmos os vestígios arqueológicos encontrados durante as fases de prospecção e salvamento da área da obra, estudar as relações entre os índios da região e os europeus que culminaram na expulsão e/ou devastação dos nativos. Tendo em vista a dificuldade de reconstrução do passado pela Arqueologia já que esta se baseia em fragmentos vestigiais, iremos somar a fontes secundárias e outras fontes primárias como documentação, carta, relatórios etc. o objetivo da nossa pesquisa é fornecer dados sobre os indígenas, que ocuparam a área hoje conhecida por Ipojuca e seu contato com o colonizador europeu, uma vez que o estudo sobre os povos indígenas que habitaram a região durante o período colonial é ainda insuficiente.

**Palavras - chave:** Arqueologia. Indígenas. Colonização. Contato. História Regional

### Introdução

O presente trabalho pretende fornecer dados sobre os indígenas, que ocuparam a área hoje conhecida por Ipojuca e seu contato com o colonizador europeu. Baseados em vestígios materiais encontrados durante o salvamento arqueológico na área de implantação da Refinaria do Nordeste Abreu e Lima, somados a relatos de cronistas, viajantes e fontes bibliográficas secundárias tentaremos revelar novas informações sobre a vida dos povos da pré-história brasileira, mas especificamente os índios que habitaram a região, onde durante o processo de colonização foram devastados, levando a extinção muitas dessas sociedades que viviam no território dominado.

A definição de pré-história, no continente americano “tem como referência tradicional o período anterior à chegada dos europeus ao continente, em fins do século XV”<sup>1</sup>. Assim no Brasil, consideramos povos pré-históricos os grupos que povoaram o território brasileiro desde milhares de anos antes da chegada do invasor europeu, que o identificaram primeiramente como índios e logo depois como gentios da terra.

A zona da mata sul pernambucana apesar de ser uma área extremamente importante para o Estado que desde os primórdios da ocupação portuguesa foi explorada, sendo já em 1506 feitas alusões nos mapas dos viajantes e nos seus relatos as localidades de Porto de Galinhas, Maracaípe e Santo Aleixo, sendo estas duas primeiras localidades pertencentes, nos dias de hoje ao município de Ipojuca. Já em meados do século XVI temos registro de uma crescente indústria açucareira na região que foi responsável pelo florescimento da Capitania de Pernambuco. Apesar de toda sua importância para a formação do Estado a região foi pouco estudada dentro da perspectiva historiográfica, ainda mais na questão indígena. Vítima da exploração turística, econômica e do descaso dos governantes e desconhecimento da população, parte dos sítios arqueológicos estão sendo total ou parcialmente destruídos e as informações nele contidas perdidas e/ ou descaracterizadas, tornando o estudo dos indígenas pré-coloniais<sup>2</sup> mais complexo.

O impacto da conquista europeia sobre as populações indígenas foi tão grande que existem apenas estimativas sobre o quantitativo da população existente à época da chegada dos europeus. O movimento colonizador trouxe consigo pestes epidêmicas que dizimaram povos inteiros e ainda Dezenas de milhares de pessoas morreram em consequência do contato direto e indireto, pela ação das armas, em decorrência do contágio por doenças estranhas, bem como a aplicação de políticas visando à inclusão dos índios ao modelo de sociedade europeu transplantado nas novas terras.

Em face da ruptura demográfica e social promovida por essa conquista, que desde os primórdios da ocupação adotaram a política de modificação cultural; gerou a redução sucessiva dos territórios indígenas e, no limite, até mesmo a completa expulsão daqueles que conseguiram escapar das guerras, do cativeiro e das epidemias; nesse processo muitas tribos foram totalmente destruídas e junto com elas seus costumes, tradições, hábitos, língua enfim sua forma de vida.

---

<sup>1</sup> FUNARI, Pedro Paulo. NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2005. 2. ed – (Repensando a História).

<sup>2</sup> Considera-se povos pré-coloniais os indígenas que habitaram a região antes da chegada dos europeus.

Mas os índios sobrevivem. Tanto do ponto de vista biológico quanto do ponto de vista das tradições culturais. Hoje existem, segundo a FUNAI, 215 diferentes sociedades que somam cerca de 358 mil pessoas, que falam 180 línguas distintas. Apesar de ser um percentual pequeno se comparado à soma de habitantes do Brasil não podemos deixar de lado a importância do índio na formação da sociedade brasileira marcada por uma imensa diversidade cultural. Ainda que marcante a presença do índio no processo de formação do Brasil, como mostra Gilberto Freire e tantos outros estudiosos, faz-se necessário um estudo mais específico dessa população que apesar de classificada pelo branco como Índio - generalizando todos os habitantes do continente - tem traços marcantes e diferenciações culturais extremas que revelaram várias etnias dentro desse grupo, sendo fundamental o estudo das especificidades de cada uma delas, o que no campo historiográfico foi muito restrito, principalmente quando nos referimos ao nosso estado, Pernambuco onde, atualmente, pouco se tem estudado esses grupos.

Devido a sua importância, os estudos sobre o Patrimônio Cultural nesta área deverão ser objetos de pesquisas arqueológicas sistemáticas acrescentando-se a isto a contextualização sócio-cultural da área de influência como um todo. Essa contextualização consiste na principal ação de valorização do patrimônio, correspondendo ao princípio de mitigação gerada pelos impactos ocasionados pelo projeto de implantação da Refinaria, permitindo se inserir no cotidiano da população que ali se instalam.

Diante de todo este processo a história desses povos foi deixada de lado, o que sabemos sobre as populações indígenas são relatos, crônicas, onde mostraram o índio primeiramente como um ser “infantil” como disse Nóbrega: “são como papel branco, onde podemos escrever à vontade”; ao longo do tempo essa visão mudou para seres endemonizados devido aos ritos, como o da Santidade, no qual houve um movimento de resistência por parte dos nativos à essa nova visão de mundo. É justamente esse o nosso foco de trabalho, onde buscamos o sentimento, embora escrito por terceiros já que os índios eram ágrafos não registraram em documentos suas impressões sobre os brancos.

Desta forma nossa proposta de trabalho está voltada para o estudo dos impactos provocados pela chegada do colonizador europeu na vida das populações pré-históricas, como se deu o processo que extinguiu e/ou expulsou os povos pré-coloniais na região do município de Ipojuca – PE e se houve algum traço específico destes grupos na formação da população do município e faz parte do projeto mais

amplo denominado “Levantamento Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da Refinaria do Nordeste Abreu e Lima, Ipojuca – PE”.

### **A construção teórico - prática da pesquisa**

Sabemos baseados no senso comum e em relatos de vários autores do período colonial que nos informam da existência de grupos indígenas que habitavam a área em que se instalaram os portugueses, bem como as áreas circunvizinhas (Staden; Léry; Gandavo; Cardim, entre outros). que a região da Mata Sul Pernambucana, foi densamente ocupada tanto por grupos pré-históricos quanto por históricos. A área estudada apresenta uma riqueza de material orgânico o que aumenta o interesse pela terra. Durante o período colonial, Pernambuco teve boa parte de sua cobertura vegetal original devastada para a implantação da monocultura da cana-de-açúcar, produto de grande valor comercial na Europa, processo que expulsou os povos que originalmente habitavam na região.

Durante os trabalhos de campo percorremos os 630 hectares do terreno do empreendimento e pudemos identificar trinta e um sítios arqueológicos, que se encontram a céu aberto, geralmente no topo das colinas. Destes sítios catalogados três são pré-históricos, vinte e um multicomponenciais<sup>3</sup> e sete sítios históricos. Em conformidade com a legislação, os vestígios arqueológicos evidenciados, nas áreas de empreendimentos, deverão ser estudados, diagnosticados e se devem propor medidas de preservação, repassando os resultados desses estudos às comunidades em forma de ação educativa e diante da quantidade de sítios com marcas da presença indígena na região e devido a insuficiência de informações sobre esses homens projetamos esta pesquisa que tem por finalidade trazer a luz os modos de vida destes grupos e talvez poder identificar qual(is) o(s) grupo(s) étnico(s).

### **Sobre o método**

Toda sociedade possui o conhecimento de um conjunto de procedimentos técnicos empregados nas atividades de elaboração de objetos, utilizados nas suas

---

<sup>3</sup> Sítios multicomponenciais são aqueles compostos por ocupações pré-coloniais e históricas.

representações e no cotidiano. Esse conhecimento técnico é um dos elementos diferenciadores que nos permite identificar um grupo étnico, pois cada grupo desenvolve habilidades diferentes para suas atividades. No trabalho de reconstituição dessas formas de vida, cada vestígio, seja ele lítico ou cerâmico, possui certas características próprias que podem definir um perfil étnico através da tecnologia empregada nos procedimentos de manufatura dos utilitários.

Metodologicamente as atividades se desenvolverão a partir do estudo dos sítios arqueológicos da região que inclui características ambientais, geológicas e análise dos vestígios materiais encontrados durante o processo de salvamento arqueológico na área onde será instalada a refinaria do nordeste. A partir da análise dos vestígios materiais arqueológicos podem-se obter dados referentes às tecnologias desenvolvidas por esses povos, de modo a possibilitar uma reconstituição das suas formas de vida. Para tal necessitaremos de um banco de dados onde organizaremos as principais características desses vestígios materiais encontrados, onde com o cruzamento das informações poderemos melhor traçar nossas diretrizes de estudo. Este banco de dados será feito e executado com a ajuda de um profissional da área de informática para desenvolver um sistema funcional que nos permita visualizar, pesquisar e acrescentar informações sobre nosso acervo além de possibilitar um controle maior do material salvaguardado.

Para acrescentar informações sobre os vestígios será necessário um cruzamento com trabalhos já executados, para isso faremos uma revisão bibliográfica acerca do que já foi estudado e concluído onde buscaremos corroborar e/ou alterar essas informações, pensando sempre no avanço da ciência. Somando as informações dos vestígios com a revisão bibliográfica, usaremos também fontes primárias como, manuscritos; documentos oficiais; cartas; romances e as mais diversas fontes que por ventura encontrarmos bem como, as fontes orais que nos será muito útil na identificação dos possíveis traços culturais deixados como herança dos índios à população do município. Assim buscaremos em contato com os moradores buscar essas informações, trabalhando com eles conceitos de patrimônio, o que achamos ser de extrema importância para a preservação do patrimônio e resgate da cidadania.

**Para uma conclusão provisória**

Ao longo dos trabalhos de campo pudemos comprovar a riqueza da Mata Sul pernambucana, no que diz respeito a ocupação. Na área estudada pouco mais de 630 hectares, coletamos cerca de 100 mil peças (fragmentadas ou parcialmente inteiras) nos trinta e um sítios identificados e oito áreas de ocorrência, onde apesar do descaso de séculos de ocupação e revolvimento do solo para o cultivo da cana-de-açúcar, a qual utiliza máquinas com arado que revolvem a terra até 40 cm de profundidade misturando materiais arqueológicos de épocas distintas, encontramos vestígios nitidamente associados a grupos indígenas e europeus. Encontramos também outros fragmentos, que numa fase posterior poderemos associá-los a grupos étnicos, comparando-os com materiais já identificados e fragmentos que no primeiro momento parecem ser inéditos.

Durante muitos séculos, só conhecíamos algumas informações sobre a vida dos grupos indígenas por meio de relatos históricos. Porém, muitos fatos escaparam aos olhos de quem os relatou; isto porque os interesses por esses testemunhos eram muito dirigidos e se procurava mais descrever aspectos parciais ou exóticos da vida dos indígenas; muitas vezes fantasiando ou salientando exageradamente algumas características, do que abordar exaustivamente o estudo dessas populações. Assim acreditamos que o nosso estudo muito tem a oferecer sobre o modo de vida dos nativos à época do período colonial, uma vez que somamos outros trabalhos a ciência arqueológica.

Atualmente estamos analisando os materiais dos sítios catalogados e submetendo-os, futuramente, a um banco de dados, instrumento muito útil no nosso trabalho, uma vez trabalhamos na análise das características das peças, baseados em estudos já realizados. Por hora podemos dizer que os grupos que habitaram a região eram agricultores e utilizavam além de vasilhas, fusos e pesos de cerâmicas, material lítico como artefato que poderiam ser utilizados desde instrumentos, adornos bem como utilizados em diversas tarefas como a caça, preparação de alimentos etc.

A Educação Patrimonial que busca levar à sociedade o conhecimento sobre a ciência da arqueologia que resgata, na medida do possível, o modo de vida de grupos que outrora ocuparam nosso território. Também nos foi importante na etapa de campo, pois sempre que interagimos com a comunidade esta nos ofereceu informações que ajudaram a identificar os vestígios, além de contribuir para a preservação dos sítios arqueológicos e conseqüentemente do patrimônio. Assim, na interpretação destes dados temos sempre em mente o objetivo de uma reflexão junto com a comunidade local afinal, estamos construindo uma parte de sua história e esta deve por direito ser

“feita” por seus atores contemporâneos. Desde o início deste trabalho, esperamos contribuir para a construção de um novo saber, entre a comunidade circunvizinha da Refinaria de Petróleo do Nordeste: Abreu e Lima, sobre o acervo patrimonial (natural e cultural) que compõe a área e incitar com isso, a apropriação destes bens, ou seja, o reconhecimento, a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental local, em sua diversidade, entre a comunidade

Esperamos com este trabalho trazer a luz tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade local como a sua história que começa lá traz com os índios, mostrando seu modo de vida, suas formas de luta e resistência; os motivos que o fizeram migrar, enfim todo o processo que culminou na eliminação e expulsão dos indígenas da região.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, MARCOS. **Horticultores pré-históricos do nordeste, in: arquivos do museu de História Natural.** Belo Horizonte: FGMG, vol. VIII / IX, p. 131-134, 1983-84.

\_\_\_\_\_. Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco, in: **CLIO – série arqueológica**, nº 4, extraordinário Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, (1987, Recife). Recife: UFPE, 1991, p. 113- 315.

LIMA, Carlos Fabiano Marques de. **Padrão de assentamento em Sítios Arqueológicos na Zona da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco.** (145 folhas). Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, 2006, Dissertação de Mestrado.

FUNARI, Pedro Paulo. NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005. 2. ed – (Repensando a História).

\_\_\_\_\_. **Memória histórica e cultura material.** Revista Brasileira de História – Memória, História e historiografia, vol. 13, nº. 25/26. São Paulo: ANPUH, setembro/92 a agosto/93.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos 1493-1850.**



**ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.**

**Mneme – Revista de Humanidades. UFRN.** Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil.** São Paulo: Global Ed., 2001. 10 edição.

ABREU, Capistrano de,. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1988. (coleção Reconquista do Brasil).

**REVISITANTO AS FONTES:  
AS PRÁTICAS CULTURAIS NA CAPITANIA DA PARAIBA**

Fabiano Badú de Souza  
Graduação em História (UFCG)  
fabianomorrison@ig.com.br

Thaisy Lanny de Albuquerque  
Graduação em História (UFCG)  
thaisy\_kite@yahoo.com.br

Juciene Ricarte Apolinário - Orientadora  
(Universidade Federal de Campina Grande)

**RESUMO:**

As fontes documentais escritas, a exemplo dos diários de viagem, relatos de experiência, memórias, ensaios científicos, mapas, desenhos e ilustrações, consistem em um valoroso conjunto de argumentos vivos, capazes de responder as mais diversas perguntas pertencentes ao contexto historiográfico e ao *metiêr* do historiador. Nesse sentido, a partir da escritura dos viajantes estrangeiros que vieram ao país com interesse de catalogar a fauna e a flora e os aspectos geográficos, diversos temas acerca dos hábitos e costumes dos grupos sociais também foram descritos nesse processo, construindo uma valorosa carga informacional extremamente cara à contemporaneidade no sentido do remonte da memória e da reconstrução do passado. Visando construir uma reflexão acerca das expressões hábitos culturais na Paraíba colonial, debruçaremos sobre a literatura dos viajantes, os escritos de administradores coloniais buscando perceber as representações das crenças e da religiosidade no contexto colonial.

## À guisa de introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande/ PB, sobre o trabalho historiográfico elaborado a partir das chamadas “fontes primárias”. Diante de uma complexa gama de documentação, estabelecemos como fonte, especificamente, relatos de viajantes, no período compreendido como Brasil-colônia, com o intuito de percebermos algumas das práticas culturais realizadas na região que compreende o atual Estado da Paraíba, mas que estava, no período colonial do Brasil, imbricado com a então capitania de Itamaracá (atual Pernambuco).

Recentemente (2008), o centro de documentação vinculado à Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG, o SEDHIR, recebeu a doação de uma vasta documentação sobre o Brasil-colônia que faz parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, digitalizada pelo Projeto Resgate – Barão do Rio Branco. Esses documentos correspondem a todo o material que envolve a documentação administrativa de dezoito capitanias, produzida entre os séculos XVI e XIX.



Fonte: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)

Esses documentos nos levaram a realizar uma investigação, que se encontra, ainda, em fase inicial, sobre o período ao qual correspondem. No entanto, antes de nos remetermos à pesquisa, gostaríamos inicialmente de tecer algumas considerações acerca do trabalho com as fontes, que nos permite realizar uma série de

questionamentos, especialmente no que concerne ao trabalho em arquivos e trabalhos com documentos “primários” utilizados enquanto fontes.

### **Breve intercurso pelas fontes**

A fim de conferir um caráter de cientificidade ao estudo da História, o documento histórico, no século XIX, foi amplamente utilizado, por seu caráter de “verdade” e de comprovação de fatos históricos, e marcadamente valorizado pela vertente que, no Brasil, ficou conhecida como positivismo.

Le Goff (2003) fala sobre os documentos históricos, refletindo que esses objetos, compreendidos enquanto fontes, devem ser continuamente questionados, uma vez que são fruto de escolha do historiador e, além disso, foram produzidos a partir de intencionalidades. Para exemplificar, o autor cita o exemplo de uma falsificação intencional de um documento, ocorrida no século XV com o intuito de mostrar o quanto as fontes podem congrega sobre si um caráter de “prova” falsa, por não representarem “a” verdade. Vejamos:

“De início, a Idade Média fabrica, sem má-fé, falsos diplomas, falsas cartas, falsos textos canônicos, mas, a partir do século XII, a Igreja, e mais particularmente a cúria romana (...) empreende a luta contra os falsos e os falsários. Dá-se um passo importante quando o famoso humanista florentino Lorenzo Valla demonstra, mediante argumentos filológicos e em resposta à demanda de Afonso, o Magnânimo, rei de Aragão e de Sicília, no seu tratado *De falso credito et ementita Constantini donatione declamatio* (1440), que a famosa doação de Constantino, com a qual o imperador teria feito dom ao papa do Estado pontifício, é falsa” (LE GOFF: 2003, p.533).

Com isso, Le Goff (2003) aponta para o surgimento da Diplomática, possível através de Mabillon e sua obra, *De re diplomatica*, de 1681. Para Marc Bloch, “Naquele ano de 1681, o ano da publicação do *De re diplomática*, uma grande data na história do espírito humano, foi definitivamente fundada a crítica dos documentos de arquivo” (BLOCH: 1941, *apud* LE GOFF: 2003, p.534), apontando que, desde então, faz-se imprescindível o questionamento das fontes históricas.

Bacellar (2005) trabalha igualmente com a documentação de arquivos, e nos leva a refletir sobre especificidades culturais e sociais de uma dada época. Desta forma, explica que o olhar estereotipado deve ser evitado em qualquer atividade de trabalho do historiador, mas especialmente quando se trata de uma “fonte primária”, em que se acrescenta ao pensamento, a grafia. Ressalta que há algumas características de um período, com relação à fala e, conseqüentemente, à escrita, que podem soar como algo distinto daquilo que se pretendia expressar. Como exemplo, cita a palavra “de novo”, encontrada em documentos, mas que, ao contrário do que se compreende atualmente, significava “pela primeira vez; novidade”, no século XVIII.

Assim, aponta para as precauções que devem ser tomadas pelo historiador, a fim de que não incorra no equívoco de lançar o olhar contemporâneo sobre as mensagens elaboradas em um outro momento, evitando, deste modo, os pré-conceitos manifestos nos tipos de leituras realizadas.

### **Brasil colônia: relatos de viajantes enquanto fonte**

Dentre a vasta documentação existente sobre as capitanias, encontram-se os relatos de viajantes que, independente do país de origem e do objetivo da viagem ao Brasil, exprimem a impressão que tiveram sobre os mais variados aspectos, concernentes desde à natureza e espaço geográfico, como fauna, flora, cultura, práticas e uma infinidade de outros aspectos relevantes.

Mas o que motivou a vinda de tantos viajantes ao Brasil? O que se buscava?

Maria Elice Prestes, em seu livro “*A investigação da natureza no Brasil Colônia*”, estabelece uma relação entre o desenvolvimento das ciências, em Portugal, e o conseqüente envio de viajantes, a fim de promoverem estudos na área das ciências.

“O Brasil só tardiamente foi palco para o desenvolvimento das ciências, o que se deu apenas com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, no início do século XIX. Ao longo dos anos, foram sendo criadas as primeiras faculdades e universidades e a imprensa régia encarregada pela edição e divulgação das matérias científicas. Concorreram ali também os esforços das expedições científicas patrocinadas por diversas nações estrangeiras. Seus naturalistas são relativamente conhecidos, graças a alguns empreendimentos pontuais. Nomes como

Henry Bates, Charles Darwin, Alfred Wallace, Jean Louis Rodolphe Agassiz ou Carl Phillippe von Martius e Johann Baptist von Spix, o austríaco Johann Natterer, o inglês Richard Spruce e muitos outros já foram alguma vez lembrados e festejados, ainda que de modo fragmentário e ligeiro, em exposições, colóquios, publicações”.

“Temos uma dívida, contudo, com nossos primeiros naturalistas. Infelizmente, os naturalistas luso-brasileiros formados nesse período são escassamente conhecidos, especialmente no que se refere ao conteúdo científico de suas obras. Esse é o caso de grandes nomes como os de Alexandre Rodrigues Ferreira e Manuel Arruda da Câmara [cujos trabalhos] está exemplarmente inserido no contexto institucional definido pela reforma estatutária da Universidade de Coimbra em 1772 e conseqüente ingresso nas ciências naturais em Portugal" (PRESTES, p.13).

Apesar de centrar sua discussão em torno das contribuições à Ciência desenvolvida na Europa, especialmente no campo das chamadas ciências naturais, Prestes (s.n.t.) nos fala sobre os relatos de viajantes, em que são trabalhados aspectos como natureza e cultura.

Barros (2008), ao falar sobre a História da Cultura Material, aponta que esta compreende não o uso direto com a cultura material, mas com as representações sociais de um dado período histórico, logo passíveis de análise a partir de elementos como vestuário, por exemplo, que pode ser associado a outros elementos culturais, como a moda.

## Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”

Com o intuito de conhecer a documentação existente sobre as capitanias do Brasil, foi desenvolvido o “Projeto Resgate Barão do Rio Branco”, que intentou catalogar, microfilmar e digitalizar boa parte da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa – Portugal. Esta documentação compreende a documentação avulsa, os códices e as coleções de cartografia e iconografia.

Nas palavras de Esther Caldas Bertoletti, que é a Coordenadora Técnica do Projeto:

O PROJETO RESGATE “BARÃO DO RIO BRANCO”, coordenado pelo Gabinete do Ministro da Cultura, foi implementado a partir de 1995, na gestão do Ministro Francisco Weffort sob a Coordenação Geral do Embaixador Wladimir Murinho e a Coordenação Técnica da Dra. Esther Caldas Bertoletti e visa a disponibilizar aos pesquisadores brasileiros e a todos os interessados na História Colonial do Brasil, os documentos manuscritos existentes nos Arquivos Europeus e norte-americanos.

Baseado no Programa da UNESCO de Guia de Fontes para a História das Nações o PROJETO RESGATE tem feito uma verdadeira revolução na historiografia brasileira uma vez que os documentos – fontes inesgotáveis para a pesquisa histórica – encontram-se disponíveis no Brasil através da microfilmagem sistêmica e transpostos em CD-ROMs. Verbetes-resumos de cada um dos documentos e dos Códices foram publicados em Catálogos e distribuídos pelas diversas instituições responsáveis pela publicação no Brasil e no exterior.

Da documentação existente no exterior – calculada em mais de 500.000 documentos - já foi microfilmada toda a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, onde se encontra cerca de 80 % dos documentos coloniais brasileiros. Com a publicação dos GUIAS dos arquivos holandeses, franceses, espanhóis, ingleses, italianos e norte-americanos e a microfilmagem dos principais fundos documentais espera-se em breve alcançarmos se não 100 % dos documentos pelo menos 95 % do total referenciado nos GUIAS da UNESCO e nos GUIAS do Ministério da Cultura.

Fonte: <http://cidoc.mediahost.org/content/archive/cidoc2002/comunicacoes/html/conferencias/conferencias/bertoletti.html>

A partir destas fontes documentais, salvaguardadas através do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, especialmente os documentos avulsos da capitania da Paraíba (foco do nosso trabalho), podemos perceber aspectos

culturais relevantes vividos pela sociedade luso-brasileira, bem como de grupos étnicos.



Fonte: [www.franca.unesp.br](http://www.franca.unesp.br)

Para esta pesquisa histórico-arquivística, objetiva-se a publicação de um catálogo de verbetes que tratem das práticas culturais, como manifestações religiosas, hábitos (alimentação, práticas de cura), vestuários, mobiliários e outras. Além do catálogo, será publicada uma coleção de CDs, com as imagens digitais da documentação, arrolada e selecionada dentro da metodologia arquivística.

### **Breves considerações finais**

Nosso trabalho, ainda em andamento, reflete apenas um olhar sobre o trabalho historiográfico realizado com as fontes documentais consideradas “primárias”. Compreendendo que todas as análises realizadas pelo pesquisador são fruto de escolhas, estabelecemos, enquanto recorte documental, os relatos de viajantes. No entanto, reconhecemos que a problemática apresentada compreende apenas uma, das inúmeras possibilidades de trabalho oferecidas ao historiador, uma vez que se trata de documentos profundamente relevantes para o conhecimento histórico.

Dentre os nossos objetivos, neste trabalho, pretendíamos divulgar o acervo documental resultante da elaboração do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, em sentido de favorecer a todos os interessados em pesquisas sobre o Brasil colonial.



## **Bibliografia consultada:**

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2005, pp.23-75.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens.* 5ªed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.* São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio Cultural, Arquivo e Universidade. *In: Boletim do Centro de Memória – UNICAMP*, v.6, n.11, jan./ jun., Campinas, 1994, pp.11-18.

CASSARES, Norma Cianflone. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.* São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.* 2ªed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1996.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Balanço da nova historiografia paraibana. *In: Debates Regionais*, n.2, pp.112-118.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.* 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CÂNDIDO, Antônio. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: J. Olimpico, 1984.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. *In: \_\_\_\_\_. História e memória.* 5ªed. Campinas/ SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp.525-541.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil.* 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

MAESTRI, Mário. Brasis: belos ou antropófagos? As sociedades nativas tupi-guaranis do litoral brasileiro. *In: \_\_\_\_\_. Uma história do Brasil.* Contexto, 1997, pp.37-52.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. *In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva.* São Paulo: Difel, 1985, pp. 47-63.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil Colônia.*

Disponível em:

[http://books.google.com/books?hl=pt-](http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=kDeYG8Jn1W8C&oi=fnd&pg=PA11&dq=relatos+de+viajantes+brasil+colonia+historia&ots=fKNwa9Xd8_&sig=NI9HCM5L782XVNXrifQfrZLpdko#PPA11,M1)

[BR&lr=&id=kDeYG8Jn1W8C&oi=fnd&pg=PA11&dq=relatos+de+viajantes+brasil+colonia+historia&ots=fKNwa9Xd8\\_&sig=NI9HCM5L782XVNXrifQfrZLpdko#PPA11,M1](http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=kDeYG8Jn1W8C&oi=fnd&pg=PA11&dq=relatos+de+viajantes+brasil+colonia+historia&ots=fKNwa9Xd8_&sig=NI9HCM5L782XVNXrifQfrZLpdko#PPA11,M1)

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

## CRONISTAS-VIAJANTES COM DESTINO AO BRASIL HOLANDÊS: MANTIMENTOS, COTIDIANO E RELAÇÕES DE PODER (1642-1654)

Néliton Marcolino de Araújo<sup>1</sup>

**(RESUMO)** Este trabalho objetiva discutir o cotidiano das naus holandesas no século XVII, mais precisamente nos anos de 1642 a 1654, que se inserem no domínio holandês do Brasil, bem como as relações de poder que se estruturam em torno desse cotidiano. Essa discussão surge diante dos testemunhos do contexto que podem ser extraídos a partir da interpretação dos diários de Hendrik Haecxs e Caspar Schmalkaden, ambos cronistas-viajantes inseridos no contexto.

**Palavras Chave:** Cotidiano; Relações de Poder; Navegações Holandesas

**(ABSTRACT)** This work is intended to discuss the cotidian of dutch ships during the dutch domain over Brazil, in XVII century, more precisely in the years of 1642 to 1654, as well as the power relationships that were established through this cotidian. This discussion comes out with the testimonials that can be extracted by the analysis of the diaries of Hendrik Haecxs and Caspar Schmalkaden. Both are on-travel chronicle writers inserted in the context.

**Keywords:** Everyday Life; Power Relationships; Flemish Navigations

A Companhia das Índias Ocidentais irá se formar em 3 de junho de 1621, oriunda da junção, através dos Estados Gerais, de várias companhias de comerciantes interessados em estabelecer novas rotas comerciais após o a união ibérica (1580-1640) que prejudicou diversas das rotas já existentes. (ABREU, 2000:103-104)

Tendo em jogo os interesses aqui no Brasil devido ao domínio hispânico, que havia bloqueado a prática de refinamento do açúcar brasileiro por parte dos holandeses, logo depois em 1623, começam os planos para a expedição que procuraria invadir a Bahia. No dia 6 de maio do mesmo ano, aportam na Bahia as expedições que conquistam a cidade com relativa facilidade, devido a pequena resistência. Começa-se assim o domínio Holandês no Brasil. (Idem:104-106)

Em 1629, a Companhia das Índias Ocidentais irá planejar a invasão de Pernambuco, a qual foi efetivada. Num regimento contendo as disposições da redenção, os Estados Gerais (como se nomeavam os dirigentes das Companhias) indicam as diretrizes que devem ser tomadas na nova região conquistada. Este regimento se colocará em voga até 1636, quando Maurício de Nassau chegará à capitania trazendo um novo regimento. (SUASSUNA; MARIZ, 2002:80)

Inseridos nesse contexto estão os senhores Hendrik Haecxs e de Caspar Schmalkalden. O primeiro deles foi um comerciante holandês convocado pela Companhia das Índias Ocidentais

---

1 Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN e Bolsista do grupo PETCIS da UERN.

para compor o Alto Conselho do Brasil em Recife, durante a dominação holandesa no nordeste brasileiro. O Segundo é um viajante a serviço da Companhia que veio ao Brasil em 1642 buscando lucros pessoais.

Ambos escreveram diários de viagem que podem ser definidos como vestígios do passado, ou testemunhos de fatos humanos. Será com eles que trabalharemos.

Primeiramente, falemos do diário de Hendrik Haecxs. Em 1949 a biblioteca nacional lança o 69º volume de seus anais, na intenção de se comemorar os 300 anos da Guerra dos Guararapes e trazer luz sobre o período da dominação holandesa no Brasil. Estes anais contem três documentos históricos, sendo que entre estes três está o diário de viagem de Hendrik Haecxs. O manuscrito do diário de Haecxs foi publicado pela diligência S.P.L'Honoré Naber (1865-1936), distinto oficial da marinha holandesa. O diário irá ser escrito entre os anos de 1645-1654. O próprio Naber, em sua introdução sobre o diário, faz algumas considerações sobre a condição física da cópia original e outros dados interessantes:

*O manuscrito foi traduzido para o português pelo Padre Frei Agostinho keijzers O.C. Originalmente, é um caderno de 4", encadernado em forma de pergaminho, preenchido até a metade mais ou menos (204 págs.) com uma escrita bem limpa, bem legível, à maneira do século XVII.(...) não a folha de rosto, título, nem nome de autor. O autor começa abruptamente, descrevendo uma celebração de bodas, num lugar qualquer em 29 de julho. Isso nos dá a impressão de estarmos diante da continuação de outro caderno de notas, talvez bem importante. As anotações não constituem rigorosamente um diário. Sucodem-se conforme as ocasiões em que o autor tinha algo a anotar. Este parece ter utilizado borrões, porque às vezes não segue a ordem dos fatos, antecipando-se aos mesmos, como, p. ex.; no dia 13 de agosto de 1652, onde já menciona algo que devia figurar no dia 16 de agosto. O leitor descobrirá facilmente que o autor levou com ele o caderno em duas viagens de ida e volta ao Brasil, embora neste não haja mancha alguma proveniente da água do mar. Certamente era bem guardado dentro de uma caixa, sendo retirado apenas em dias de calmaria. Demonstra-o a firmeza da escrita que mui raramente denuncia a circunstância de ter sido feita no decorrer de uma viagem. (NABER, 1949:20).*

Hendrik em seus escritos atenta pra detalhes como alimentação, ritos e cerimônias de cunho político e religioso, e vários outros detalhes de coisas que lhe chamavam atenção. Além disso, anotava coisas referentes as suas funções enquanto membro do Alto Conselho do Brasil, dando atenção a momentos nos quais suas funções eram exaltadas e necessárias. fosse durante as viagens em alto-mar como em terra. Além disso, fala de sua saúde e de momentos onde sentia

fortes dores de cabeça. A presença de apelos religiosos também é notável em passagens onde agradece ao “Deus todo poderoso, cheio de glórias que pelo mar os guia seguros”, ou quando fala de suas idas a igreja no domingo.

Procuremos agora detalhar o segundo diário, pertencente ao senhor Caspar. Trata-se de uma versão transcrita do documento original patrocinada pela Petrobrás, que tem a frente como tradutor o professor Álvaro Alfredo Bragança Júnior do departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O documento nesta versão transcrita tem sua introdução e organização feita pelo professor Dante Martins Teixeira. Em palavras do mesmo (TEIXEIRA, 1998) uma rápida descrição de autor e das condições físicas do diário:

*Nascido em algum momento durante a sangrenta guerra dos trinta anos (1618-1648), Caspar Sschmalkalden veio a luz na localidade de Friedrichroda, Turíngia (...) não é impossível supor que os recursos aparentemente limitados de sua família tê-lo-iam levado a deixar sua cidade natal na Alemanha para tentar a sorte em terras distantes, engajando-se em 1642 como um dos mercenários enviados pela Companhia das Índias Ocidentais ao nordeste do Brasil (...) Ao que parece, as habilidades de Schmalkalden teriam garantido apenas uma posição bastante modesta no Novo Mundo, talvez sendo este um dos motivos que o levaram a regressar para a Europa depois de quatro anos de Estada no Brasil. (...) o diário de viagem de Caspar possui cerca de 20 x 17 e consiste de um encorpado volume encadernado em pergaminho que contem 128 desenhos à pena e mapas, em sua maioria coloridos, o qual teria sido adquirido em 14 de setembro de 1798 pelo duque de Gotha, Ernest II. (...) A exemplo de inúmeros outros relatos da época, essa parte do “Diário de Viagem” surge como um documento de marcada natureza descritiva, onde Caspar Schmalkalden procura fornecer uma visão geral sobre a fauna, flora e os habitantes da “remota e muito famosa terra do Brasil”, que então permanecia quase que legendária para a grande maioria dos europeus. (TEIXEIRA, 1998:13-14)*

Além disso, numa leitura pormenorizada do diário, encontramos descrições destes elementos nativos e também a descrição das capitânicas de dominação holandesa e relatos de viagens em alto-mar nas quais encontramos narração do dia a dia das suas viagens a bordo de navios.

Devemos atentar contudo que apesar de serem diários aparentemente de estruturas parecidas, é mister um cuidado em classificá-las como testemunhos voluntários ou não. Nos apropriando das considerações feitas por (BLOCH, 2001), que irá classificar as fontes em duas categorias: Voluntárias e involuntárias, sendo a primeira feita com intenções de ter de um caráter informativo para a posteridade e a segunda não, podemos dizer que o diário de Caspar, com todo o seu

caráter descritivo de diversos elementos, tem claras pretensões de ser lido e fazer com que os seus leitores se conformem com o que ele está a dizer. Suas preocupações na construção da narrativa são claramente de trazer elementos desconhecidos até então pela população européia a luz de seu conhecimento, o que pode gerar deformações do gênero que Bloch classifica como “especialmente em intenção a posteridade” (BLOCH, 2001:77). Já nos escritos de Hendrik Haecxs não se vê de forma clara uma entregue intenção de que aqueles escritos tenham uma leitura posterior por parte de alguém. Os elementos de sua vida pessoal e o fato do diário começar narrando uma cerimônia de bodas e não coisas estritamente ligadas a sua viagem ou funções oficiais são forte indício de que as suas anotações pareciam ser mais de caráter e intenções pessoais que de caráter informativo. Como diria Barros:

*“É verdade que, em alguns casos, o texto não é produzido originalmente com vistas propriamente a um receptor, mas sim para contemplar determinada finalidade. Uma canção quer chegar a um público, um Edito quer chegar a um súdito, uma carta quer atingir um interlocutor ... mas os documentos cartoriais e paroquiais a princípio, pretendem apenas registrar certas informações que serão necessárias oportunamente (BARROS, 2004:138)”*

Partindo dessas afirmações, documentos desta natureza podem nos transmitir então, os modos de viver e a mentalidade do autor e da época. É um texto que, ao ser construído nas bases do “eu”, irá trazer elementos riquíssimos da mentalidade da época para trabalharmos. E como diria Marc Bloch, se interrogados de forma correta, podem trazer a nós maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que foram escritas. (BLOCH, 2001:78)<sup>2</sup>

E explorando essas maneiras de viver ou pensar é que podemos trabalhar as práticas cotidianas, em especial aqui as práticas alimentares durante as viagens a bordo de navios, onde poderemos observar através delas relações de poder. As práticas cotidianas são definidas por Certeau como “reapropriações do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1994:41). Partindo do pressuposto Foucaultiano de que o poder se utiliza de procedimentos técnicos minúsculos para redistribuir o espaço e transformá-lo em um operador de uma vigilância generalizada, Certeau afirma que a sociedade não pode ser reduzida inteiramente a essa vigilância. Existem procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) que jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela, a não ser para alterá-los; enfim, que as “maneiras de fazer” formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (Idem, p. 41)

---

2 Vale ressaltar que nesta passagem o autor irá fazer essas considerações sobre Saint-Simon. Nos fizemos utilizar de suas considerações aplicando-as as nossas fontes

Para Certeau, o espaço seria “um lugar praticado”, um lugar resignificado através daquele que convive nele (idem:202).

E baseado nessas considerações temos os navios como palco onde cada tripulante, inclusive os autores de nossos diários, resignifica o espaço compartilhado por todos. Espaço esse onde operam-se vigilâncias que aqui serão ressaltadas através dos racionamentos da alimentação da tripulação e conseqüentemente as estratégias de resistência.

Em ambos os diários, durante as passagens onde nota-se que estão nas embarcações algumas preocupações se ressaltam em suas narrativas. As preocupações com o tempo<sup>3</sup> e com os mantimentos<sup>4</sup> estão presentes em quase todas as páginas. Podemos dizer que o fantasma da falta ou de insuficiência de gêneros alimentícios assolava os tripulantes dos navios e que por isso, era um dos motivos de tantas referências por parte dos autores a situações quando se encontrava farta quantidade de alimentos, seja quando aportavam em terra, através de pesca e outros meios ou em situações de racionamento. Os dois fazem referências a racionamento. Em passagens como essa de Haecxs, segunda feira, 30 de dezembro do ano 1647, encontramos um bom exemplo:

*Vento S.O. E nenhum avanço; na parte da tarde vieram a bordo o capitão Panhusen e o seu comandante. O capitão se queixava de que o comandante só dava carne podre, mal cheirosa e bacalhau, mas que jogava fora muita carne estragada; foi ordenado ao comandante que fornecesse convenientemente, conforme a carta de racionamento, e que não jogasse fora quaisquer viveres sem nô-los mostrar antes; o que aceitou, com a declaração de que esta queixa lhe era desagradável, mas que os seus armadores, que tinha fornecido os viveres, eram os culpados. (HAECXS,1647:120)*

Analisando está parte do diário, podemos fazer algumas considerações. A alusão a “carta de racionamento” indica que já se havia estabelecido um limite do que se pode consumir por cada tripulante do navio, que infelizmente nesta viagem não é detalhada, mas podemos tomar por base o racionamento executado em sua primeira viagem ao Brasil que consistia de “1 ½ de libra de carne, ¾ de libras de toucinho, uma libra de bacalhau, 3 1/2 libras de pão por semana para cada homem”.

Caspar, viajando de Pernambuco a Valdivia<sup>5</sup>, no ano de 1643 também narra passagens onde claramente se percebe uma política de racionamento e limitação nas quantidades de alimento e água para cada tripulante. Segue uma referente ao dia 16 de outubro do mesmo ano:

---

3 Sentido do vento, anomalias climáticas e descrição do tempo.

4 Englobando comida, bebidas, água, medicamentos e consumíveis em geral.

5 Cidade do Chile

“(..) As rações nos foram bastante reduzidas, de maneira que quem não tivesse consigo um pedaço, não poderia se sustentar (SCHMALKALDEN,1643:142).”

Então, com base num discurso de racionamento que visaria o bem comum evitando o esgotamento dos mantimentos antes da chegada ao destino se configura uma relação de vampirização do poder, no qual cada tripulante do navio irá estabelecer vigilâncias no espaço partindo do pressuposto de que o desrespeito ao racionamento seria uma prática condenável que poria em risco a segurança geral. Então, para explicar essa relação de poder e sua manutenção, podemos tomar por base Foucault ao dizer: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979:8). Foucault ainda irá dizer que:

*Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto – isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1970:10)*

Tomando por base essas afirmações as relações entre poder e discurso ficam mais aparentes. Os poderes instituídos no navio não só produzem o discurso do racionamento, como irão disputa-lo em suas relações.

. Esta afirmação pode ser observada em atos de delito praticados no navio, como no dia de segunda-feira de 10 de fevereiro de 1648, Haecxs relata:

*Tempo bonito e agradável, mas pouco vento N.N.O. Rumo S.O. para S. Nesse dia, certo marinheiro que tinha arrombado o caixão de um soldado, roubando-lhe a ração de pão, foi condenado pelo conselho Naval a cair três vezes da verga e a receber, além disto, 100 chicotadas nas calças molhadas e aficar acorrentado alguns dias, qual a sentença foi imediatamente executada; altitude 34 graus e 3 minutos.(HAECXS, 1648:127)*

Ao roubar ração do soldado, o marinheiro trava uma relação de poder com ele e conseqüentemente com o discurso de racionamento instituído no navio, tentando assim se utilizar de uma “tática” para assim, resistir. Sobre tática, Certeau após conceituar “estratégia” irá dizer



que:

*A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo a distância. Ela não dispõe da base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato do seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. (Idem:46-47)*

Desta forma, ao esperar não ser pego, o marinheiro tenta taticamente resistir. Mas pelo decorrer do narrado por Haecxs, o marinheiro é vítima das vigilâncias existentes no navio, não sendo bem sucedido em sua tentativa. O soldado que foi vítima do roubo é amparado pelo discurso e pelas vigilâncias presentes ali. Sendo assim, o marinheiro é condenado ao castigo que irá, desta forma, reforçar o discurso do racionamento.

O processo de castigo, ou disciplina, está inserido nas relações de poder como elemento essencial. Foucault nos mostra ao dizer: “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (FOUCAULT, 1987:143). Essas técnicas que visam a observação podem ser identificadas na prática de induzir os delatores a caírem da verga e nas chicotadas em calça molhada. Sendo assim, as práticas de castigo e punição a ladrões de ração reforçam dentro dos navios o poder do discurso do racionamento, conseqüentemente influenciando de forma direta as relações de poder que se instituem em torno da vampirização deste discurso e nas disputas pelo mesmo.

Sendo assim, observamos através de nossas afirmações que os mantimentos do navio e as relações de poder presentes no mesmo estão intimamente ligados por laços já descritos.

## REFERÊNCIAS:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 7ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. 4ª Ed. São Paulo: Vozes, 2004

BLOCH, marc. **Apologia da História: ou ofício do historiador**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001



CERTEAU, Michel De. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** 28ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987

\_\_\_\_\_. **A ordem do Discurso.** 15ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MARIZ; Malene da Silva / SUASSUNA, Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte.** 1ª Ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002

NABER, S. P. L'Honoré. **Anais da Biblioteca Nacional:** Volume 69. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1949.

TEIXEIRA, Dante Martins. **Brasil Holandês volume I: A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Index, 1998

#### **FONTES:**

**Anais da Biblioteca Nacional:** Volume 69. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1949.

**Brasil Holandês volume I:** A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Index, 1998

## **IMPERNITENTES, DESINTERESSADOS OU SEM ESCOLHA: OS DEMARCADORES E AS DEMARCAÇÕES PORTUGUÊSAS NO NORTE DO BRASIL DURANTE A DÉCADA DE 1780**

Renato Amado Peixoto  
Professor Adjunto do Departamento de História da UFRN  
amado@cchla.ufrn.br

Este artigo visa trazer subsídios para o debate acerca das demarcações e dos demarcadores dos limites do Tratado de Santo Ildefonso. Entendemos que a historiografia, em geral, endossa a idéia que a experiência das demarcações da década de 1780 encontrava-se inserida numa estratégia maior da administração pombalina que redefine, garante, configura e harmoniza as fronteiras brasileiras no período colonial. Portanto, nessa idéia, as demarcações teriam possibilitado tanto inscrever as fronteiras e o espaço do país antes mesmo de sua independência como também se conectariam a um esforço continuado da metrópole que teria como grande marco a assinatura do Tratado de Madri.

Na verdade, esta idéia se encontra esboçada desde o século XIX, quando Duarte da Ponte Ribeiro e Francisco Adolfo de Varnhagen a partir de um programa comum ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Secretaria de Negócios Estrangeiros se dispuseram a construir um história do espaço nacional concomitantemente a própria História Geral do Brasil. Esta história do espaço nacional, fruto de um saber sobre o espaço visa instituir uma preteridade da nação e dos nacionais, a primeira vislumbrada na clarividência e sabedoria dos esforços e os últimos distinguidos por sua nobreza e abnegação a serviço do bem comum.<sup>1</sup>

Uma vez que não desejo alongar este artigo pela discussão da questão historiográfica do século XIX, centraremos nosso argumento na tentativa de delimitar e definir melhor o problema das demarcações, entendendo que os resultados destas foram supervalorizados a partir do contexto mencionado, assim como procuraremos perscrutar os anseios e os interesses dos demarcadores, já que estes tem sido interpretados usualmente no sentido de ratificar tanto os resultados quanto a construção historiográfica mesma.

Em primeiro lugar, é necessário salientar que a cartografia portuguesa nos séculos XVII e XVIII já se encontrava completamente decadente em relação aos

---

<sup>1</sup> Veja-se 'A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX'.

avanços realizados na Europa: se o segredo de cartografia impediu que, a partir dos sucessos das explorações do século XVI, se estabelecesse uma escola cartográfica dinâmica e aberta em Portugal, a união com a Espanha esvaziaria esses esforços em função de sua transferência de Lisboa para Madri. Com o subsequente desenvolvimento das técnicas de gravação em cobre e com a proliferação dos ateliers cartográficos no norte do continente, a cartografia manuscrita se tornaria praticamente obsoleta e os processos cartográficos mais avançados, por serem muito dispendiosos, tornariam a produção e divulgação dos mapas um monopólio dos estados mais ricos de seu tempo. A cartografia em Portugal, no século XVIII tornou-se, por conseguinte, limitada à cópia dos mapas e atlas estrangeiros ou a confecção de mapas topográficos. Este é o cerne do problema das demarcações; era necessário realizar observações e cálculos científicos *in loco* que pudessem ser acreditados pela comunidade cartográfica, uma vez que os mapas haviam se tornado incapazes de legitimar pretensões territoriais se não fossem embasados por uma construção científica acreditada.

Para isto se tornou necessário designar oficiais de alta patente, engenheiros militares e outros profissionais deslocando os poucos elementos disponíveis no Império português para intermináveis comissões no interior do Brasil, praticamente fixando-os à Colônia. Mas, mesmo assim, o pouco desenvolvimento das ciências matemáticas e naturais em Portugal dificultaria o exercício dessa nova cartografia. Nesse sentido, a quase totalidade dos autores portugueses<sup>2</sup> considera que, após um período de florescimento no século XVI, a matemática portuguesa teria entrado num período de decadência continuada. Este período seria, inclusive, caracterizado por alguns autores, como um “deserto” intelectual que perduraria até 1760 quando, a partir da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, novamente a matemática alcançaria algum nível, mesmo assim, num período de trinta anos (de 1772 até 1800) foram concedidos apenas vinte graus de doutor em ciências matemáticas, sendo que deste doutores, apenas dois eram para brasileiros. Segundo essa mesma bibliografia, a decadência das ciências matemáticas em Portugal teve várias causas, a saber, a

---

<sup>2</sup> Veja-se o estudo de João Filipe Queiró, ‘A Matemática’, in História da Universidade em Portugal v. I, Parte II (1537-1771), Lisboa: Fund. Gulbenkian, 1993, no qual são citadas as seguintes obras sobre a história da matemática em Portugal: ‘Ensaio histórico sobre a origem e progressos das Matemáticas em Portugal’, de Francisco de Borja Garção-Stockler, editada em Paris, no ano de 1819; ‘Memórias históricas sobre alguns Matemáticos Portugueses, e Estrangeiros Domiciliários em Portugal, ou nas Conquistas’, de Antônio Ribeiro dos Santos; ‘Les Mathématiques en Portugal’, editada em Coimbra, no ano de 1909, de Rodolfo Guimarães; ‘História das Matemáticas em Portugal’, de Francisco Gomes Teixeira, editada em Lisboa, no ano de 1934; ‘Memórias de Literatura Portuguesa’, publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo VIII, parte I, 1812, p. 148-229; ‘Matemática e matemáticos em Portugal’, de Luís de Albuquerque e ‘As Matemáticas em Portugal - da Restauração ao Liberalismo’, de J. Tiago de Oliveira.

predominância dos jesuítas na Educação secundária e universitária; os privilégios concedidos à formação jurídica em detrimento do estudo técnico; a atitude mental e cultural predominante em Portugal no período, que opunha os interesses religiosos e políticos então predominantes às inovações científicas.

Tal situação corroboraria, por conseguinte, a situação de penúria extrema da cartografia portuguesa no século XVIII, que carecia de meios, pessoal e mesmo de obras: a própria cobertura topográfica e cartográfica de Portugal era extremamente reduzida se comparada a de outros países, como, por exemplo, a França, tendo começado a ser implementada somente a partir de 1851, quando se criaram as condições de consenso político e estabilidade institucional que permitiriam aprofundar os esforços de modernização e de consolidação territorial do estado português.<sup>3</sup>

Ainda em 1780, segundo a análise do mais capacitado engenheiro português da época, Francisco João Rocio, muito pouco do que se havia produzido sobre o território da Metrópole podia ser elevado à condição de Mapa, e mesmo assim, grande parte deste esforço se deveu ao empenho da iniciativa privada. Segundo Rocio, somente haviam sido convenientemente mapeadas algumas propriedades rurais do Alto Douro e das margens do Tejo, regiões econômica ou politicamente mais importantes, com a importante ressalva destes registros terem sido feitos sobre um “terreno limpo, cultivado e ocupado”, ou seja, em áreas que ofereciam menores dificuldades técnicas a atividade cartográfica.<sup>4</sup>

Além disto, havia uma grande carência de pessoal capaz de realizar no campo os cálculos e as observações necessários aos levantamentos cartográficos, a saber, engenheiros, geógrafos e astrônomos. Especialmente no que se refere aos últimos, este problema pode ser exemplificado pela dificuldade na arregimentação de astrônomos para a demarcação dos limites referentes ao Tratado de Madri: os estrangeiros ocuparam então a grande maioria dos cargos técnicos e, inclusive, de comando, isto, saliente-se, numa empresa de extrema importância estratégica para o Estado português. Inclusive, em 1751, o posto mais alto da mesma Comissão Demarcatória, composta ainda por militares e por pessoal de apoio, foi ocupado por um genovês, enquanto que a maioria dos vinte e sete técnicos empregados era

---

<sup>3</sup> Rui Miguel C. Branco, O mapa de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 13.

<sup>4</sup> Ver ‘Resposta à consulta de D. Maria I ao Ten. Cel Eng. Francisco João Rocio em 29/08/1780’ IHGB, lata 69, documento 8; ‘Tratado preliminar de limites entre Portugal e Espanha, correspondência dos vice-reis Marquês do Lavradio e Luiz Vasconcellos e Souza com a Corte de Portugal.’ IHGB, Lata 110, Pasta 7.

composta por italianos e alemães, sendo que destes apenas seis eram portugueses.<sup>5</sup> Ainda em 1780, ou seja, trinta anos depois, o número de astrônomos e geógrafos disponíveis era tão pequeno que as demarcações decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso tiveram de ser atrasadas em até dez anos. Além do mais, era praticamente inexistente uma estrutura de apoio que propiciasse transportes, proteção e substituição desse pessoal, especialmente no Mato Grosso e na Amazônia: em 1792, quando o então o Capitão General do Pará Francisco de Souza Coutinho determinou que dois astrônomos complementassem o trabalho iniciado pelos demarcadores da década de 1780, o trabalho não pode ser levado a cabo tanto por falta de soldados que os protegessem quanto pela morte de um deles durante a viagem.

Mas, ainda existiria outro fator limitador, este de ordem material e de custos: a falta de instrumentos para astrônomos e geógrafos, uma vez que, dada a sua complexidade, eram então importados a maioria dos instrumentos necessários para o trabalho de campo e a totalidade daqueles destinados à observação dos fenômenos astronômicos, sendo a Inglaterra o seu principal fornecedor.<sup>6</sup>

Na verdade, em face da escassez material e técnica da cartografia portuguesa, foram pouquíssimos os indivíduos que participaram das atividades de demarcação no Brasil na década de 1780: somente cinco astrônomos ficaram responsáveis pela cobertura da maior parte de todo o território da América portuguesa: Antonio Pires da Silva Pontes Leme, Francisco José de Lacerda e Almeida, estes dois brasileiros, Francisco de Oliveira Barbosa, Bento Sanches e José Simões de Carvalho.<sup>7</sup> Suas tarefas eram simplesmente gigantescas, mesmo para os padrões do século XXI: foram a elas designadas todas as observações no que atualmente chamamos de Amazônia e no Centro-Oeste, sendo que nos rios Solimões, Jupará, Branco, Madeira, Guaporé e na maior parte do Mato Grosso essas medições foram feitas por apenas três dos astrônomos citados, a saber: Simões, Lacerda e Pontes. Mais, a repulsa das elites políticas metropolitanas a esse Tratado e o fracasso das negociações posteriores transformaria ainda as atividades daqueles indivíduos destinando-os mais a coadjuvar as atividades militares, administrativas e comerciais da Colônia.

---

<sup>5</sup> 'Relação dos oficiais de guerra e mais pessoas que se acham nomeadas por Sua Majestade para a expedição da América Portuguesa', AHI, Arquivo Particular ponte Ribeiro, Lata 290, Maço 3.

<sup>6</sup> José Feliciano Fernandes Pinheiro, Anais da Província de São Pedro, Paris: Typografia de Casimir, 1839, 2ª Edição, p. 181.

<sup>7</sup> 'Tabuadas de longitudes e latitudes de grande parte do Brasil observadas pelos astrônomos empregados na Demarcação', in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomo XLV, nº 64, 1882.

Mesmo a idéia de demarcação das fronteiras tem de ser reconsiderada, uma vez que o Tratado de Santo Ildefonso é extremamente vago ou dúbio, especialmente no que se refere a atual Amazônia, reverberando a falta de conhecimento geográfico sobre a região nos dois países signatários. Ainda, a idéia de fronteira no século XVIII em nada se assemelha a idéia que é manejada no século XIX e XX, nesse sentido, o conceito de limite é mais apropriado, pois retém a idéia de fluidez e incerteza que basearam parte da atividade dos demarcadores. Por exemplo, nas medições relativas às áreas do rio Branco e Jupurá, os astrônomos portugueses foram muito além do que seria razoável em termos do Tratado, podendo sua atividade ser mais bem enquadrada enquanto um reconhecimento militar ou comercial ou enquanto destinada a suportar uma futura expansão territorial.

As exigências eram muitas vezes brutais: o astrônomo Antonio Pires da Silva Pontes Leme, nascido em Mariana, Província de Minas Gerais, no reconhecimento de rotas comerciais e na demarcação de limites, cumpriu no conjunto de suas comissões um périplo várias vezes maior que o de Humboldt, Condamine ou qualquer outro viajante do século XVIII e que talvez só possa ser superado pelas grandes explorações africanas do século XIX. Outro daqueles astrônomos, José de Lacerda e Almeida, nascido na cidade de São Paulo, após cumprir suas missões no Brasil recebeu ainda a duvidosa glória de tentar a travessia da África, de Moçambique para Angola, mesmo depois de ter tido sua saúde minada por mais de um ano pelas febres tropicais no interior do Mato Grosso, vindo a falecer nesse esforço, no meio da selva africana, tudo para ser tardiamente reconhecido pela historiografia portuguesa como um “escravo do dever e mártir da ciência”.<sup>8</sup>

Outro participante das atividades desse período, Ricardo Franco de Almeida Serra, designado chefe dos Engenheiros Militares na expedição de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, comandou durante grande parte da sua comissão apenas um subordinado. Depois disso, Serra seria ainda designado para várias comissões no interior da Província de Mato Grosso, passando a ser responsável pela confecção da maior parte dos planos e plantas topográficas da área Amazônica no período.

Grande parte dessas medições, pela exigüidade das condições, possuía pouca certidão, na maioria das vezes mediu-se apenas a latitude, cálculo bem mais rápido e de menor complexidade, problema este já reconhecido pelos cartógrafos do século XIX e mesmo por alguns dos membros das demarcações. O cálculo da longitude exigia, na época, que se observasse o eclipse dos satélites de Júpiter, o que, além de

---

<sup>8</sup> Eça, Filipe Gastão de Moura Coutinho Almeida de. Lacerda e Almeida, escravo do dever e mártir da ciência : 1753-1798 : apontamentos históricos, biográficos e genealógicos, com algumas notícias e documentos inéditos... Lisboa: s/editora, 1951.

instrumentos acurados e em ordem, exigia observações e cálculos demorados. Como em certas regiões e períodos aquele planeta não se mostrava ao observador durante longos períodos, o cálculo da longitude era feito de modo aproximado e, se fosse absolutamente necessário. Tal foi o caso, por exemplo, de todas as observações do Mato Grosso, como pode ser comprovado pelo diário de viagem de Pontes Leme.<sup>9</sup>

Em relação ao modo como os demarcadores eram vistos pela administração portuguesa no Brasil, ela contrasta muito com o retrato que a historiografia construiu a esse respeito. Já nas suas ‘Biografias de Lacerda e Ponte Leme’, Varnhagen procuraria desenvolver a ‘História das Demarcações’, começada pelo Barão da Ponte Ribeiro, um dos principais funcionários da Secretária dos Negócios Estrangeiros e membro do IHGB, incorporando-a a sua ‘História Geral do Brasil’, alçando dois dos participantes das demarcações à condição de protagonistas principais de uma ‘História das Fronteiras’.

Nestas biografias, Antonio Pires da Silva Pontes Leme e Francisco José de Lacerda e Almeida,<sup>10</sup> demarcadores do Tratado de Santo Ildefonso, foram descritos enquanto patriotas abnegados que enfrentaram grandes riscos e sacrifícios para colaborar na ‘política de demarcação das fronteiras brasileiras’ [sic]. Nas ‘Biografias’, seria ainda destacada por Varnhagen a fidelidade do paulista Lacerda à derradeira missão que lhe fora designada, quando faleceria, orgulhoso até o fim, de estar a serviço do Estado português, no afã de atravessar o Continente africano de lado-a-lado.

A escolha de Lacerda e Leme dentre outros participantes das demarcações do século XVIII, atendia a diversos propósitos de Varnhagen, primeiramente, como os dois foram os únicos brasileiros que receberam o grau de doutores em matemática pela Universidade de Coimbra, visava-se exaltar essa condição relacionando-a com a idéia de construção pretérita da fronteira pátria. Em segundo lugar, procurava-se através de seus exemplos distinguir esse patriotismo na figura dos demarcadores, isto num momento mesmo em que, no século XIX, novamente se procurava demarcar as insalubres fronteiras amazônicas. Em terceiro lugar atendia-se a idéia de se acrescentar mais algum elemento à construção do mito do paulista enquanto desbravador e alargador das fronteiras. Por último atendia-se aos interesses internos

---

<sup>9</sup> Antonio Pires da Silva Pontes, ‘Diário histórico e físico da viagem dos oficiais da demarcação que partiram do quartel general de Barcelos para a capital de Vila Bela da Capitania de Mato Grosso, em 1° de setembro de 1781’ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n° 262, Jan. - Mar 1964, p. 344-345.

<sup>10</sup> Ver o capítulo ‘A descrição do contemplador’.



da própria Secretaria de Negócios Estrangeiros e ao corporativismo dos diplomatas, já que o filho de Pontes Leme era então um dos seus funcionários mais proeminentes.

Entretanto, as 'Biografias' acrescentariam ainda mais um elemento a uma verdadeira 'mitologia do espaço nacional', por conta de se elidir o verdadeiro contexto das atividades de Pontes Leme e Lacerda, já que muitos dos trabalhos destes não podiam ser propriamente conectados a uma 'política de demarcações' e menos ainda a um 'esquadrinhamento do espaço nacional', como ecoaria mais tarde Sérgio Buarque de Holanda.<sup>11</sup> Nesse sentido, Lacerda e Pontes Leme seriam despidos mesmo de sua voz e de suas impressões, assim, deve-se salientar, inclusive por conta de um resgate da memória de Lacerda e Pontes Leme, que os dois astrônomos eram extremamente críticos à sociedade da época e ao estado português, sendo apenas tolerados pela raridade de seu saber. Exatamente por conta disto, ambos eram mantidos sob a vigilância estreita das autoridades locais, sendo mantidos o maior tempo possível em atividade fora dos núcleos urbanos, mesmo que em trabalhos secundários. Eram então considerados enquanto impertinentes, descuidados, pouco interessados no trabalho e no estudo, "mais amigos do seu divertimento e comodidade, do que do desempenho das obrigações."<sup>12</sup>

Um dos poucos textos de Pontes Leme que sobraram nos serve para aventar os anseios daqueles indivíduos que cruzaram os oceanos de água e selva à serviço do Estado e das demarcações:

[Ao me retirar do Amazonas] Viam-se pelas barreiras de Barcelos, chorando, algumas índias e mamelucas, e faziam chorar a quem pensasse na grande miséria em que vive esta gente toda, fazendo um jejum que passa de magno, ou abstinência de toda a carne, a ser a xerofagia da Igreja Grega, não tendo mais que beiju e pimentas para comer. Também os oficiais que nos fizeram a honra de vir até a escada, mostravam sentimento, creio de nos verem apartar e que desejavam vir também. Eu não pude ter a mesma alegria de me ver fora de um cárcere do gênero humano, em que todos sofrem e muito mais os índios que andam buscando tartaruga

---

<sup>11</sup> Sérgio Buarque de Hollanda (org.), História Geral da Civilização Brasileira (I), Vol. 1. Ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2003, p. 297-298 — a edição original é de 1961.

<sup>12</sup> Correspondência do Capitão-general Luis de Albuquerque com Martinho de Mello, 1787. AHI, Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Lata 266, Maço 1, Pasta 10.



do rio Solimões e do rio Branco, e farinhas da Cachoeira, para ter  
mão da vida dos que ali se acham por mero capricho.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Antonio Pires da Silva Pontes, 'Diário histórico e físico da viagem dos oficiais da demarcação que partiram do quartel general de Barcelos para a capital de Vila Bela da Capitania de Mato Grosso, em 1° de setembro de 1781' Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n° 262, Jan. - Mar 1964, p. 344-345.

## AMAZÔNIA ILUMINADA: LANDI E A DOMESTICAÇÃO DA NATUREZA

Wesley Oliveira Kettle<sup>1</sup>  
wesleycx@yahoo.com.br  
UFPA

*“Da terra formou, pois, o Senhor Deus todos os animais do campo e todas as aves do céu, e os trouxe ao homem, para ver como lhes chamaria; e tudo o que o homem chamou a todo ser vivente, isso foi o seu nome. Assim o homem deu nomes a todos os animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais do campo.” Gênesis 2:19 e 20*

O homem apresentado por Moisés no Gênesis, responsável pela denominação de todos os animais criados por Deus, exercia o papel de mordomo do recém criado planeta Terra, o que correspondia, de certa forma, organizar o espaço concedido pelo Criador. Apesar de também ser criatura, o homem é narrado pelo texto bíblico com um papel central, deste modo todos os outros seres só teriam sentido de existir quando serviam de auxílio e subsídio à sobrevivência humana. Esta visão antropocêntrica dominava o debate sobre a relação do homem com os animais no início do período moderno.

É verdade que o domínio do homem sobre a natureza se baseia em larga medida nos escritos do Pentateuco, porém a justificativa dos intelectuais poderia contar também com os argumentos da filosofia clássica e do estoicismo.

As expedições européias de exploração e colonização, a partir do século XVI, documentam as percepções do homem em relação à novas criaturas e paisagens através das *narrativas de viagem*<sup>2</sup>. Tal gênero literário desenvolvia-se acompanhando o expansionismo voraz do *Velho Mundo* e se expandia relatando o encontro com culturas diferentes.

O conteúdo destas narrativas escritas pelos viajantes sofrem alterações ao longo dos séculos XVI e XVII, hora apresentando as maravilhas e curiosidades, hora relatando as dificuldades e perigos atravessados<sup>3</sup>. Estes primeiros relatos expressam uma forma de saber renascentista: variedades de formas vivas, listagem de novos seres, origem etimológica, entre outros objetivos. As citações ou descrições de Pêro M. Gândavo, Jean Léry e Hans Staden são exemplos desta “primeira fase”.

Uma segunda etapa das *narrativas de viagem*, consideradas “mais científicas” podem ser exemplificadas pelas produções de Frei Veloso e Alexandre Rodrigues Ferreira.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal do Pará e bolsista pela Capes.

<sup>2</sup> Consideramos aqui a *narrativa de viagem* como fonte para investigação do historiador, não que este seja o objetivo de quem a produz, pois estes escritos seguiam tradições literárias comumente apenas de sobrevivência.

<sup>3</sup> PRATT, M.L. Ojos imperiales: Literatura de viajes y transculturación. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

É neste meio tempo que nasce Antonio Giuseppe Landi<sup>4</sup>, em 30 de outubro de 1713 em Bolonha, Itália, na freguesia de S. Leonardo.

A partir da década de 1730, Landi passou a freqüentar o Instituto de Ciências e Artes de Bolonha onde viria a formar-se como Mestre em Arquitetura e Perspectiva. Suas atividades artísticas foram influenciadas por Fernando Galli de Bibiena<sup>5</sup>, de quem foi discípulo dileto. No ano de 1743 é eleito membro da Accademia Clementina de Bolonha e cinco anos depois passa dirigir a construção da Igreja dos Agostinhos de Cesena.

O Tratado de Tordesilhas já não dava conta das questões de limites que interessavam Portugal e Espanha, como objetivo explícito de tornar jurídico a posse de terras ocupadas é que em 13 de janeiro de 1750 foi celebrado o Tratado de Madri. Ação efetiva resultante desse esforço para delimitar os territórios era a “contratação de astrônomos, geógrafos, engenheiros e desenhadores para a comissão que deveria passar ao Brasil, para aí, em conjunto com os técnicos escolhidos pelo Rei de Espanha, remarcarem a linha fronteira entre as terras de Portugal e Espanha”<sup>6</sup>.

Em 1752, ano seguinte a que Francisco Xavier de Mendonça Furtado assume como Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, é assinado, em Aranjues, o Tratado das Instruções dos Comissários da Parte do Norte, do qual Antonio Landi fazia parte como desenhador. No artigo XX do referido tratado ordenava:

*“Nas ordenanças acima estabelecidas se incluirão as advertências seguintes: que os comissários, geógrafos, e mais pessoas inteligentes das três tropas, vão tomando por apontamento os rumos, e distâncias das derrotas, as qualidades naturais dos países; os habitantes que neles vivem e os seus costumes; os animais, rios, lagoas, montes, e outras semelhanças, cousas dignas de se saberem, pondo nomes de comum acordo a todas as que o não tiverem para que sejam declaradas nos mapas e relações com toda a distinção, e procurando que as suas observações, e diligências sejam exatas, não só pelo que pertence a demarcação da raia e geografia do país, mas também no que pode servir para o adiantamento das ciências, o progresso que fizeram na História Natural, e observações físicas e astronômicas”<sup>7</sup>*

Há uma preocupação no encaminhamento do trabalho a ser realizado pelos “Comissários da parte do norte”, primeiramente podemos verificar a importância dos resultados geográficos, evidentemente, por causa das demarcações de fronteiras. Os elementos que constituem a região devem ser cautelosamente anotados com um fim burocrático e intelectual. Burocrático “para que sejam declaradas nos mapas e relações com

<sup>4</sup> Mencionado nos escritos italianos como Giuseppe Antonio ou somente Antonio; ficará conhecido em Portugal e no Brasil como Antônio José Landi.

<sup>5</sup> Fernando Galli de Bibiena foi membro de uma família de artistas italianos dos séculos XVII e XVIII.

<sup>6</sup> MENDONÇA, I. M. G., 1999. Portugal e Brasil [1750-1791], p. 41, in PORTUGAL, q.v

<sup>7</sup> ADONIAS, I., 1986. Pesquisa histórica. Historical research, PP. 29-30, in Anon., Ed. Fauna e flora brasileira do século XVIII. Fundação Emílio Odebrecht, São Paulo.

toda distinção” para servir os interesses da coroa. Intelectual para o adiantamento das ciências, o progresso que fizeram na História Natural, e observações físicas e astronômicas”, desde o final do século XVII chamado de “Revolução Científica”.

As alterações ocorridas na Física, Matemática e Astronomia influenciaram os homens que pretendiam descrever e classificar o mundo, esse desenvolvimento era entendido como um “progresso”, repetido no artigo XX do Tratado das Instruções dos Comissários da Parte do Norte referindo-se a História Natural como disciplina que estuda a parte do mundo que funciona sem a participação humana. O termo “ História Natural” já havia sido utilizado em *A verde Floresta* de John Maplet em 1576<sup>8</sup> e chega em 1752 abandonando aspectos simbólicos da natureza e rejeitando fábulas, lendas e mitos, buscando uma análise menos pessoal e mais metodológica.

A “Expedição do Maranhão” contava com o material artístico e instrumental científico necessário. A lista do material levada pelas companhias da Comissão e a bibliografia presente expressam momento da matematização do conhecimento:

*“Companhia 3ª[...] Numero 33 Caixas de Chaves = Comp.ª G.ª.  
N.º 30=31=32 Comp.ª G.ª. são as Caixas dos Livros, em q’ se contem os seguintes:  
7 Tomos do Tratado dos Limeites da America entre as Coroas de Portugal, e Espanha.  
[...] 2 Tom de Figure de La Terre par Bouguer.  
[...] 4 jogos de viagem, e observações de Condamine; contem cada jogo 2 tom.”<sup>9</sup>*

Tanto o “*Figure de La Terre*” de Pierre Bouguer (1749) quanto “*observações de Condamine*” são influenciados diretamente pela viagem iniciada em 1735 por Condamine com o objetivo de verificar questões como a esfericidade da Terra, tal expedição ficou conhecida pelo nome de Charles de La Condamine. Podemos considerar relevante aos escritos de Condamine por ter sido o início de expedições com caráter mais científico, documentando a natureza com maior rigor, porém recriando a narrativa dramática e mítica do século XVI. Possivelmente esta literatura da “nova ciência” influenciou na visão e produção de Antonio Landi e os demais comissionários.

Os conteúdos da lista de material e bibliografia expressam como a busca pela ordem na natureza utilizava o Método como aquilo que desvendaria o desconhecido. Um sentido racional capaz de ordenar as muitas formas da natureza rompendo com o sobrenatural, característica do Iluminismo.

Antoni Landi escreve sua “*Descrição de várias Plantas, Frutas, animais, Aves,*

<sup>8</sup> ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas: 1400-1700. (1962) São Paulo: Cia das Letras, 1985.

<sup>9</sup> REIS, A.C.F., 1993. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. Volume 2. A fronteira com as colônias espanholas. Secretaria de Estado da Cultura [Série “Lendo o Pará”, 15], Belém, PA.

*Peixes, Cobras, raízes, e outras coisas semelhantes que se acham nesta Capitania do Grão Pará, as quais todas Antonio Landi dedica a sua Excl<sup>Cia</sup> o Sr. Luiz Pinto de Souza, Cavaleiro de Malta, e Governador do Mato Grosso, o qual com muita fadiga e diligência investigou muitíssimas coisas pertencentes à história natural e das quais se poderia formar um grosso volume com vantagem para a República Literária*” no contexto da “filosofia ilustrada”, quando as narrativas de viagem expressam um caráter menos subjetivo dos resultados dos contatos pessoais.

A descrição da flora e fauna feita por Landi fazia parte do período em que a História Natural era vista como ciência definidora da natureza como elemento autônomo. O grande responsável por essa ruptura paradigmática foi o *Sistema de Classificação das Espécies* elaborado por Carl Lineu em 1753 que passou a orientar várias expedições científicas com o objetivo de observar e documentar as plantas e os animais.

Até o sistema de classificação proposto por Lineu, baseado na descrição dos caracteres da morfologia do aparelho reprodutor das plantas, conquistar os naturalistas ocorreram muitos debates e controvérsias, da mesma forma a mudança da narrativa de viagens ocorreram de maneira gradativa, assim como a mudança de uma visão antropocêntrica da natureza para uma visão “naturalista”. Uma análise que faz questão de alertar para esta “modificação gradual e cumulativa” além de chamar atenção da contextualização dos fatos encontra-se em *A Investigação da Natureza no Brasil Colônia*, Maria Elice Brzezinsk Prestes.

Além de chamar atenção para o cuidado com o anacronismo, Maria Elice Brzezinsk Prestes busca, em seu trabalho, traçar uma “História da Biologia”, chamando de “Investigação” o objetivo dos primeiros cronistas que observavam as novas fronteiras desbravadas pelos europeus, a flora e fauna destas regiões.

O historiador inglês Keith Thomas, em sua obra *O Homem e o Mundo Natural*, analisando sobre os trabalhos destes “naturalistas de campo” diz:

*“Membros de uma fraternidade científica européia mais ampla, foram eles que, com seus trabalhos em série – na pesquisa de plantas, na enumeração e descrição de criaturas selvagens e na correspondência com os naturalistas continentais -, lançaram os alicerces da botânica, da zoologia e da ornitologia modernas, bem como das outras ciências da vida.”<sup>10</sup>*

Considerarmos os primeiros trabalhos de observação e descrição da natureza como “primeiros fundamentos das ciências biológicas”. Parece mais prudente, pois os objetivos de investigação da natureza toma completa forma, desassociando o objeto de estudo – flores,

---

<sup>10</sup> THOMAS, K. *O homem e o mundo Natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p.62.

animais, rios – totalmente do domínio social apenas no século XIX

Podemos perceber que descrição da flora e fauna Amazônica de Antonio Landi é contemporânea a essa trajetória do aperfeiçoamento científico, ignorando o subjetivo e partindo para uma maior exatidão na documentação da observação, um maior rigor no raciocínio, no caso da descrição de Landi algumas deficiências desse rigor científico podem ser apontadas.

Descrevendo o peixe Mamaiacu, Landi demonstra ter acesso a alguma leitura sobre História Natural citando *Salmone*, porém o que estava sendo escrito na Europa parecia desconhecer:

*“É peixe pequeno, e não maior que uma sardinha. Sua/ pele é manchada de branco, negro e pardo na forma de cir-/culozinhos com muitos poro elevados como espinhos,[...] Nem/ todos o comem, porque é preciso tirar-lhe certa pele que leva à náusea./ Suponho que este deve ser peixe inchador/ do qual fala Salmone [?] em sua História”<sup>11</sup>*

As descrições, em linguagem *italo-lusitana*, são por muitas vezes pitorescas. Não seguem o padrão proposto pelo *Systema Naturae* de Lineu (1707-1778), agrupando a *Mucura*<sup>12</sup>, por exemplo, como quadrúpede, fugindo da sistematização das espécies do reino animal de Lineu. Nessa concepção mais científica não deveriam ser permitidos “nomes baseados no cheiro, no gosto, nas propriedades medicinais, no caráter moral ou na importância.”<sup>13</sup> É justamente qualificando os animais de acordo com sua observação que Landi vai descrevê-los, chamando-os de “desdentados”, “mal cheirosos” e até “ladrões”. Da mesma forma faz com as plantas:

*“Esta espécie de maracujá [...] chamamos martírio. Nesta flor/ se vê ademais seu cálice, do qual nasce/ o fruto com uma semente do mesmo à parte que/ é aquela que o vulgo diz ser a impressão da coroa/ de espinhos com os cravos, e é certo que não de todo/ se engana. [...] O gosto é suavíssimo pois é acre e doce, mas tão/ bem temperado, que a todos agrada, e as melhores foram/as que se comem em Mariuá no Rio Negro e/ em outros lugares são mais ácidas. A dita fruta não/ causa dano a ninguém, e de uma só vez comi mais/ de cinqüenta, e não me causaram prejuízo.”<sup>14</sup>*

Outro resquício da narrativa dos séculos XVI e XVIII presente na descrição de Landi é citação de dificuldades atravessadas:

*“A árvore que fui observar com muito desconforto meu,/ dentro de uma selva, era grande fora do comum. O/ pé era perfeitamente reto, e tão alto que/ não pude distinguir os frutos, e das folhas/ caídas vi que eram ordinárias e que nada tinham/ de particular.”<sup>15</sup>*

Também presente na descrição outra dificuldade passada no dia-a-dia como fica evidente no encontro com uma “Onça, ou seja, Tigre”:

<sup>11</sup> BPMP, Códice 542, fl. 170 – Antônio José Landi, *Descrizione de varie Piante (...)*.

<sup>12</sup> *Idem*, fl. 150.

<sup>13</sup> THOMAS, op. cit, p.102.

<sup>14</sup> BPMP, Códice 542, fl. 66 – Antônio José Landi, *Descrizione de varie Piante (...)*.

<sup>15</sup> *Idem*, fl. 81.

*“Estes feros animais abundam, e acham-se/ em todas estas selvas, e são tão petulantes, que/ chegam até as portas das quintas para levar os/ cães, de que são famintos, mas com tudo isto fogem/ dos homens, e durante os anos que aqui estou, nunca ouvi/ alguém perigar; pelo contrário, caçam-na, e muitos/ vão vender as peles, que se mandam a Lisboa [...] Vi uma destas não muito longe de mim, mas quando/ a avistei fugiu, e o índio que estava comigo avan-çou com a espingarda./ Vi uma outra grande morta; e para mim PA-/receu-me o mais belo animal do mundo.”<sup>16</sup>*

Além de relatar a venda da pele de onças para Europa, cita a “petulância” dos animais nos espaços de habitação e a figura do Índio como guia na selva.

Isabel Mendonça<sup>17</sup>, a partir da análise da descrição da natureza amazônica feita por Antônio Landi, afirma emergir de seus escritos o “perfil psicológico” de um “amante da natureza, maravilhado com o tamanho desmesurado de plantas e animais, com os cheiros, os paladares, as cores, tão diferentes dos europeus”<sup>18</sup>. Chama atenção para seu espanto com o tamanho das cobras, como a jibóia<sup>19</sup> e a surucucu<sup>20</sup> e “admiração” com a densidade vegetal da floresta amazônica.

Ao descrever a flora e a fauna, Landi emite sua opinião própria sobre as qualidades das plantas e dos animais e quando elogia o faz em contraste a outros frutos, árvores ou animais que não tem tanta qualidade. Consideramos seus comentários não de um “amante da Natureza” amazônica mas um interessado na utilidade dos elementos da Natureza, principalmente na agricultura e na construção e sua particular preocupação com a aclimação de espécies. Como a Sorvas:

*“O fruto é redondo como as nozes verdes [...] e é certo que ao meu ver, e/ de muitos mais, é o mais agradável fruto que tem/ a América nesta parte. Sua doçura é agradabi-/ líssima [...] Esta planta não se vê/ nestas partes, mas sim no Rio negro, onde/ a experimentei bastante, e não sei se é porque aqui/ não dá, ou pelo pouco cuidado desta gente mole,/ que por outra coisa, penso, que ao cultivo.”<sup>21</sup>*

Fica mais evidente este senso utilitarista quando refere-se às madeiras e sua comercialização. Devido sua atividade profissional construtiva, estava intimamente interessado no uso em obras, como podemos observar no caso Maçaranduba e do Pau d’arco:

<sup>16</sup> *Idem*, fl. 156.

<sup>17</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. p.311.

<sup>18</sup> MENDONÇA, op. cit.

<sup>19</sup> BPMP, Códice 542, fl. 163 – Antônio José Landi, Descrizione de varie Piante (...).

<sup>20</sup> *Idem*, fl. 161

<sup>21</sup> *Idem*, fl. 73



“Muito dura e fina é esta madeira, apta também/ esta a várias obras, mais particularmente de/ balaustradas, cornichos, e outras coisas semelhantes”.<sup>22</sup>

“Pau-d’arco [...] Desta madeira man-/dei trabalhar uma coluna dórica, com pe-/destal, friso, e arquitrave para o/ pelourinho desta cidade [...] Quanto à beleza/ desta planta, seria preciso um Petrarca/ para descrevê-la [...] para dizer a verdade sem adulação esta plan-/ta que na Europa seria muito apreciada.”<sup>23</sup>

Ainda considerando Landi como um “amante da Natureza”, a professora Isabel Mendonça se “deparada” com o “homem curioso pela Natureza”<sup>24</sup>. Apesar de considerar o exotismo das plantas e animais amazônicos, Landi parece estar mesmo interessado na produtividade advinda das condições propícias ao desenvolvimento de certas plantas, particularmente com transplantes de determinadas espécies:

*“Algodão// Esta planta é aqui abundante, e muito/ mais seria, se da mesma soubesse/ extrair maior vantagem [...] Não sei ademais se esta planta se deve meter / no número das árvores ou dos arbustos, por-/ que plantando-se as sementes em janeiro, em agosto/ dão fruto.”*<sup>25</sup>

*“Sou da opinião que aqui poder-se-iam comer/ uvas como em quaisquer outros lugares porque dão três vezes/ ao ano, mas pouquíssimos são os que se deleitam em plantá-las, ou então plantavam seis, ou oito pés, e isto/ lhes basta.”*<sup>26</sup>

Não se tratava de “curiosidade”, mas de preocupação em conhecer ou sugerir processos extrativistas. Landi procurava transformar os muitos produtos naturais da floresta amazônica, nos referimos a pesca, cultivo, ou revestimento de móveis.

Alguns animais aparecem na descrição como mais próximos, como por exemplo o candu e a capivara. A lontra é descrita sem deixar passar a sugestão da comercialização de sua pele “aveludada”. A recordação da compra de um papagaio em Borba nos permite analisar alguns sentimentos mais íntimos do estrangeiro em terras amazônicas:

*“Um destes tive como presente e [...] outro comprei depois em Borba, ainda por seis escudos, e foi-me neces-/sário invocar o vigário meu amigo para que/ não fosse dado a outra para que tinha oferecido/ mais que eu; mas além de ser bellissimo,/ falava distintamente, tanto a língua por-/tuguesa quanto a tapuia, e como muitíssi/mo o estimava, tive a má sorte de vê-lo/ afogado na Baía de Marapatá”*<sup>27</sup>

Podemos considerar a permanência dos mitos edênicos ao longo dos três séculos de

<sup>22</sup> *Idem*, fl. 89

<sup>23</sup> *Idem*, fl. 95

<sup>24</sup> MENDONÇA, op. cit, p. 312.

<sup>25</sup> BPMP, Códice 542, fl. 21 – Antônio José Landi, *Descrizione de varie Piante (...)*.

<sup>26</sup> *Idem*, fl. 116

<sup>27</sup> *Idem*, fl. 141



colonização portuguesa, presentes nas narrativas dos descobrimentos e colonização da América. Apesar do período em que Landi produz sua descrição estar se despedindo destas miragens do Éden, o caso da descrição de aves como o papagaio revela, de certa maneira, resquícios da

da visão simbólica da Natureza do Novo Mundo. Tais aves, como a comprada por Landi e por ele apreciada, são associadas às terras edênicas desde a antiguidade, encontradas aqui, logo evidenciam um lugar paradisíaco. O tema é tratado por Sérgio Buarque de Holanda, em “Visão do paraíso”. Para o autor, “*não admira tal associação quando se conhece a crença de que todos os bichos falavam no começo do mundo e só perderam a fala em consequência do Pecado*”.<sup>28</sup>

Esse imaginário edênico, utilizando um conceito de Lucien Febvre, é uma ferramenta mental utilizada pelos cronistas europeus com o objetivo de interpretar inesperadas experiências na América<sup>29</sup>. Mesmo que se esvaindo, parece chegar até o século XVIII, essa permanência nos quadros mentais são “*prisões de longa duração*”<sup>30</sup>, análise compartilhada por Sérgio Buarque de Holanda, sobre a diluição dos elementos maravilhosos durante o período moderno, neste período “*irá abater-se pouco a pouco (...) a crença de que o céu, um céu sempre mais distante, cuida de interferir a todo momento nos negócios profanos*”<sup>31</sup>.

Nesta descrição de “História Natural”, Landi tem como maior preocupação o bom aproveitamento das terras amazônicas. Por todo relato descritivo da flora e fauna, está deveras aborrecido pela “preguiça dessas pessoas”, referindo-se aos colonos:

*“Desta planta [...] largam uma cor que seria muito/ apreciada em qualquer parte da Europa/ se não fosse descurado pela pré-/guiça dessas pessoas, e se alguma planta/ se acha, é por acaso, mas ninguém a/ cultiva.”*<sup>32</sup>

*“As/ supraditas cuias são muito enviadas para fora,/ e muitas mais se enviaram, se a preguiça da-/quela gente não fosse tanta.”*<sup>33</sup>

O ideal Iluminista faz parte do contexto da crítica que Landi faz ao uso da terra, o *utilitarismo*, *comercialização*, são todos elementos que compõem o pensamento mais afinado com a Coroa Portuguesa. Influencia a descrição das plantas utilizadas para alimentação, como remédio, com fins industriais, madeiras aves comestíveis, quadrúpedes

<sup>28</sup> HOLANDA. Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimto e Colonização do Brasil. 2. Ed. Ver. E amp. São Paulo: Nacional; Edusp, 1969. p. 208.

<sup>29</sup> FEBVRE, Lucien. Febvre: História. Coletânea de textos org. por Carlos Guilherme Mota. Trad. São Paulo: Ática, 1978. P. 55.

<sup>30</sup> BRAUDEL, Fernand. “História e Ciência sociais: a Longa duração” In: Escritos sobre a História. Trad. São Paulo: Perspectiva, 1978. P. 50

<sup>31</sup> HOLANDA. op. cit. p. 182.

<sup>32</sup> BPMP, Códice 542, fl. 19 – Antônio José Landi, Descrizione de varie Piante (...).

<sup>33</sup> Idem, fl. 39

úteis e peixes comestíveis.

Ainda na tentativa da produtividade, por várias vezes faz referência as suas tentativas de cultivo de espécies vindas da Europa ou das outras muitas colônias portuguesas. O próprio Alexandre Rodrigues Ferreira, fez menção ao cultivo de manga, jaca e tâmara no Pará por Antônio Landi<sup>34</sup>. Estas experimentações, longe de valorizar o clima ou a terra amazônica como similar a Europa, busca o lucro e o cultivo da terra considerada ociosa.

No propósito de entender os impactos a longo prazo desta “homogeneização da biota” do mundo, Crosby<sup>35</sup> considera estas regiões colonizadas pelos europeus como “*Neo-europas*”, explicadas por ele em grande medida pelos aspectos ecológicos. A perseverança de Landi, nas suas experiências botânicas pode ser explicada por essa certeza europeia de que onde não houvesse clima e patologia hostis, seria inevitável a repetição do sucesso do “Imperialismo ecológico’ europeu.

No contexto da colonização, paralelo a filosofia Iluminista, a atração de emigrantes europeus requeria um clima temperado, “*onde pudessem manter um estilo de vida mais confortavelmente europeu (...), produzir ou mostrar um nítido potencial para produzir bens para os quais houvesse demanda na Europa*”<sup>36</sup>. Além disso, a necessidade fundamental de comer era decisiva nesse processo. A chamada de atenção desta “produtividade dos solos neo-europeus” por Crosby e o alerta do lucro finito servem para pensarmos não só as mudanças que ocorreram no século XVIII na relação homem e natureza, mas para refletirmos sobre o tempo presente. Este é um campo que a História Ambiental tem sugerido analisarmos.

José Augusto Pádua em *Um sopro de destruição*<sup>37</sup> considera a existência de preocupações conservacionistas no Brasil e na Europa em relação aos recursos naturais anteriores a 1970, para Ele pensadores influentes como José Bonifácio refletiram sobre o meio ambiente, essas reflexões já aconteceriam desde o século XVIII. Apesar disso, consideramos o nascimento da História Ambiental nos Estados Unidos na década de 1970 com o crescimento da preocupação diante dos problemas ambientais.

O objetivo de tomarmos os instrumentos dessa História Ambiental deve-se a possibilidade de reconhecer o “lugar da natureza na vida humana”. Especialmente no século

---

<sup>34</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da viagem Philosophica pela capitania de São José do rio Negro com a informação do estado presente dos estabelecimentos portugueses na sobredita capitania, desde a Villa capital de Barcellos até à fortaleza fronteira de São José de Morabitanas*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 49, vol. 72, rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1883, p. 206.

<sup>35</sup> CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa, 900-1900*, São Paulo; Companhia das Letras, 1993.

<sup>36</sup> CROSBY, op. cit, p. 262.

<sup>37</sup> PÁDUA, JOSÉ AUGUSTO. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

XVIII, em meio a transformação em curso podemos perceber esse “mundo não humano”.

Para Donald Worster<sup>38</sup>, a análise da influencia da natureza sob a vida das sociedades humanas e as conseqüências desse contato para a natureza requer o conhecimento de conceitos das ciências naturais, principalmente da ecologia. Localizando melhor o funcionamento da História ambiental podemos apresentar os três níveis de análise enumerados por Worster:

*“Entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; [...] o domínio sócio econômico na medida em que este interage com o ambiente. [...] um terceiro nível de análise para o historiador vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual.”<sup>39</sup>*

No trabalho que estamos realizando, o “domínio sócio econômico” influencia muito na percepção utilitarista, provavelmente nas decisões e práticas agrícolas. Mas é a visão e o diálogo com a natureza por parte do estrangeiro em terras amazônicas no período colonial que investigamos, percebendo valores éticos influenciado pelo Iluminismo, mitos herdados do passado ou reelaborados a partir do contato com o mundo desconhecido. Estas estruturas de significação podem, em alguma medida, retratar a visão de parte da sociedade qual pertencia Antonio Landi, tarefa do historiador.

Em um contexto de evidente preocupação com a crise ambiental, essa identificação da forma de relação com a natureza no período moderno na Amazônia pode trazer esclarecimentos sobre as atitudes tomadas posteriormente em relação ao meio ambiente. Pode colocar em “relevo o papel social do historiador, sua força social, efetiva ou potencial”<sup>40</sup>, conectando o trabalho histórico com o tempo presente.

### Referências bibliográficas

PRATT, Mary Louise. Ojos imperiales: Literatura de viajes y transculturación. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

ADONIAS, I., 1986. Pesquisa histórica. Historical research, in Anon., Ed. Fauna e flora brasileira do século XVIII. Fundação Emílio Odebrecht, São Paulo.

ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas: 1400-1700. (1962) São Paulo: Cia das Letras, 1985.

REIS, A.C.F., 1993. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. Volume 2. A fronteira com as colônias espanholas. Secretaria de Estado da Cultura [Série “Lendo o Pará”, 15], Belém, PA.

<sup>38</sup> WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos históricos, v.4, n. 8, 1991.

<sup>39</sup> Idem, p. 202.

<sup>40</sup> MARTINEZ, Paulo H. História ambiental no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006. P. 25.

THOMAS, K. *O homem e o mundo Natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p.62.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. p.311.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. 2. Ed. Ver. E amp. São Paulo: Nacional; Edusp, 1969. p. 208.

FEBVRE, Lucien. *Febvre: História. Coletânea de textos org. por Carlos Guilherme Mota. Trad. São Paulo: Ática, 1978. P. 55.*

BRAUDEL, Fernand. *“História e Ciência sociais: a Longa duração” In: Escritos sobre a História. Trad. São Paulo: Perspectiva, 1978. P. 50*

CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa , 900-1900*, São Paulo; Companhia das Letras, 1993.

PÁDUA, JOSÉ AUGUSTO. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

WORSTER, D. *Para fazer história ambiental. Estudos históricos*, v.4, n. 8, 1991.

MARTINEZ, Paulo H. *História ambiental no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006. P. 25.